MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO- CEP.: 36.513-000.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 01

Ao Serviço de Licitações e Compras do Município de Dores do Turvo/MG.

Considerando a intenção do Município em realizar a concessão de uso do espaço destinado ao "estacionamento do Parque de Exposições".

Venho, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, solicitar abertura de Processo Licitatório, na modalidade que a Lei dispuser, objetivando a Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Dores do Turvo, 15 de junho de 2026.

Tiago Magalhaes Vieira
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 04702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 02

Documento de Formalização de Demanda

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE DORES DO TURVO, MG.

Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Dores do Turvo MG, 15 de junho de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 03

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

14 de agosto de 2026 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

1.2- Descrição sucinta do objeto

Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições durante a realização da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 do Município de Dores do Turvo.

A necessidade da contratação decorre da grande concentração de público esperada durante os dias do evento, o que demanda a disponibilização de área organizada e adequada para estacionamento de veículos, garantindo maior segurança, controle de acesso, fluidez do trânsito e comodidade aos visitantes, expositores, participantes e demais envolvidos nas festividades.

A concessão do espaço para exploração do estacionamento possibilita que a Administração Municipal promova a gestão eficiente da área, transferindo ao concessionário a responsabilidade pela operação, organização, controle e manutenção do local durante o período do evento, sem a necessidade de mobilização de recursos humanos e materiais adicionais por parte do Município.

Além disso, a medida contribui para a preservação da ordem pública nas imediações do Parque de Exposições, reduzindo estacionamentos irregulares em vias públicas e proporcionando melhores condições de circulação e segurança para pedestres e motoristas.

Dessa forma, a concessão de uso do espaço público destinado ao estacionamento mostra-se necessária e vantajosa para atender ao interesse público, assegurando a adequada infraestrutura de apoio à realização da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026, evento de relevante importância econômica, cultural e social para o município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 04

3-MATERIAIS/SERVIÇOS

ITEM	ÁREA	DESCRIÇÃO
01	20.000 m^2 aprox.	Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2025 de Dores do Turvo-MG, a

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

TIAGO MAGALHÃES VIEIRA
SECRETARIA DE AGRICULTURA

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 05

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Data: 15 de junho de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 06

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente concessão de uso de espaço público refere-se à exploração do estacionamento localizado no Parque de Exposições do Município de Dores do Turvo durante a realização das festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026.

A necessidade da concessão decorre da grande concentração de público e do elevado fluxo de veículos esperados durante o evento, tornando indispensível a disponibilização de área organizada e adequada para estacionamento. A medida visa garantir maior segurança, conforto e comodidade aos visitantes, expositores, produtores rurais, comerciantes e demais participantes, além de contribuir para a organização do trânsito nas imediações do Parque de Exposições.

A concessão também possibilita a gestão eficiente do espaço público destinado ao estacionamento, assegurando o controle de acesso de veículos, a ordenação das vagas e a adequada prestação dos serviços aos usuários durante todo o período das festividades, em conformidade com o interesse público e as normas municipais aplicáveis.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECCRETARIA DA AGRICULTURA

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A concessão de uso do espaço público destinado ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 do Município de Dores do Turvo, tem como finalidade atender à demanda de organização, controle e operacionalização do estacionamento de veículos durante a realização do evento.

Considerando a expressiva participação de visitantes, produtores rurais, expositores, comerciantes e

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 09

demais usuários, torna-se necessária a disponibilização de estrutura adequada para recepção e acomodação dos veículos, garantindo maior segurança, fluidez no tráfego, organização do espaço e melhor experiência ao público.

A concessão permite que a gestão e a exploração do estacionamento sejam realizadas por terceiro, sob supervisão da Administração Municipal, reduzindo a necessidade de alocação de recursos humanos e materiais do Município para essa atividade específica. Além disso, possibilita a geração de receita ao Poder Público, contribuindo para a sustentabilidade econômica do evento e para a adequada utilização do patrimônio público.

Dessa forma, a concessão apresenta-se como a solução mais eficiente para assegurar a prestação do serviço de estacionamento durante as festividades, atendendo ao interesse público, promovendo a organização do evento e garantindo melhores condições de acesso e permanência dos participantes.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

ITEM	ÁREA	DESCRIÇÃO
01	20.000 m^2 aprox.	Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2025 de Dores do Turvo-MG, a

6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha pela concessão de uso do espaço público destinado ao estacionamento do Parque de Exposições durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 do Município de Dores do Turvo mostra-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico e econômico.

Do ponto de vista técnico, a concessão possibilita que a operação do estacionamento seja executada por particular que disponha de estrutura operacional, equipe de apoio e capacidade de gerenciamento compatíveis com a demanda prevista para o evento. Tal medida contribui para a organização do fluxo de veículos, o controle de acesso, a adequada utilização das áreas destinadas ao estacionamento e a segurança dos usuários, reduzindo riscos de congestionamentos e transtornos durante a realização das festividades.

Além disso, a exploração por concessionário permite maior eficiência na gestão do espaço, com definição clara de responsabilidades quanto à manutenção da ordem, sinalização, orientação dos motoristas e demais atividades necessárias ao funcionamento do estacionamento.

Sob o aspecto econômico, a concessão apresenta-se como solução vantajosa para a Administração Municipal, uma vez que transfere ao particular os custos operacionais relacionados à exploração do estacionamento, evitando despesas com contratação de pessoal, aquisição de

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 08

materiais, equipamentos e demais recursos necessários à prestação do serviço. Dessa forma, o Município não necessita realizar investimentos diretos para a operacionalização da atividade.

Adicionalmente, a concessão possibilita a obtenção de receita decorrente da outorga ou dos valores pactuados no processo licitatório, promovendo melhor aproveitamento do patrimônio público e contribuindo para a redução dos custos de realização do evento.

Diante do exposto, conclui-se que a concessão de uso do espaço público destinado ao estacionamento constitui a alternativa mais eficiente, econômica e compatível com o interesse público, garantindo a adequada prestação do serviço durante a Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026, sem gerar ônus operacional significativo para a Administração Municipal.

7. RESPONSÁVEIS

TIAGO MAGALHÃES VIEIRA

8. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 15 de junho de 2026

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO- CEP.: 36.513-000.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 09

MEMORANDO INTERNO.

Da: Setor de Licitações.

Para: Comissão Especial de Avaliação de Espaço Público para concessão.

Para continuar os trâmites legais de instauração do processo licitatório, cujo objetivo refere-se à Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG, solicito emissão de laudo de avaliação para informar ao setor de licitações o valor mínimo a ser ofertado em contrapartida, para a realização de concessão do mencionado espaço, durante os dias das festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026, em Dores do Turvo/MG.

Município de Dores do Turvo/MG, 17 de junho de 2026.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO- CEP.: 36.513-000.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 10

LAUDO DE AVALIAÇÃO

A Comissão Especial de Avaliação de Espaço Público para realização de concessão de área, nomeada através da Portaria nº 122/2026, no uso de suas atribuições, e atendendo à solicitação do Setor de Licitações deste Município, procedeu a estudos, pesquisa de mercado e avaliação prévia do valor para concessão da área referente ao espaço do estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Assim sendo, procedemos à avaliação do preço para fins de realização do devido processo licitatório, tomando-se por base informações obtidas acerca do preço de mercado, exposições anteriores e realidade local, chegando a Comissão na decisão unânime no sentido de que, o valor mínimo a ser ofertado é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) pela concessão do espaço do estacionamento, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026.

Dores do Turvo, 19 de junho de 2026.

Marcelo Lara Goulart

Higor Moreira Heleno

Washington Luis Cabral da Silva

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO- CEP.: 36.513-000.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 11

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE DORES DO TURVO

Ref.:
Concessão da área referente ao espaço do estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Considerando o que consta dos autos do presente processo, informamos que haverá acompanhamento de saldo orçamentário nas dotações pertinentes, sendo que, eventual receita será contabilizada no respectivo código natureza de receita.

Município de Dores do Turvo/MG, 23 de junho de 2026.

Douglas Vieira da Silva
Contador CRC MG-107947/O-1

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO- CEP.: 36.513-000.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 12

AO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE DORES DO TURVO

À vista da informação supra, de acordo com a instrução processual e, ainda, face à programação financeira desta Prefeitura, informo que não serão estabelecidos pagamentos, uma vez que, o objetivo da licitação resultará na arrecadação de receita no orçamento.

Objeto: concessão da área referente ao espaço do estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Município de Dores do Turvo/MG, 24 de junho de 2026.

Marcelo Lana Goulart
Secretário de Finanças e Planejamento

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO- CEP.: 36.513-000.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 13

DESPACHO DO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL.

Face o pleito exposto, na qualidade de Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG e na forma da Lei, defiro a abertura do Processo Licitatório objetivando a concessão da área referente ao espaço do estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Dores do Turvo, 29 de junho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal de Dores do Turvo

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 14

PORTARIA Nº 002 DE 05 DE JANEIRO DE 2026.

"NOMEIA PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO AO PREGÃO PARA ATUAÇÃO NA FUNÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025".

O Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, diante da determinação contida na Lei Federal nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como Pregoeiro do Município de Dores do Turvo/MG e membros de apoio ao pregão, respectivamente, os seguintes servidores:

Pregoeiro: **Samuel Abraão Pires**, portador do CPF nº 095.330.036-69 e RG nº MG 16.074.618.

Membro: **Edmar Antônio Venâncio**, portador do CPF nº 112.550.456-04 e RG nº MG-16859551.

Membro: **Maria Andréa de Souza**, portador do CPF nº 090.171.696-05 e RG nº MG 15.405.527.

SUPLENTE

Membro Suplente: Mauro Lucio Marques da Cruz, portador do CPF 957.198.306-34 e RG nº MG 6872866;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Dores do Turvo/MG, 05 de janeiro de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Dados: 2026.01.05 09:40:12 -03'00'

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO- CEP.: 36.513-000.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 15

AUTUAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, na sede da Prefeitura do Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, na Rua Paulo Fernandes de Faria, 55, Centro autua os documentos que adiante seguem. Para constar, foi feita a presente autuação e procedeu-se a abertura do Processo Licitatório. Eu Samuel Abraão Pires, Pregoeiro Municipal, subscrevi.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2026

TIPO MAIOR LANCE / MAIOR OFERTA

Objeto da licitação: Concessão da área referente ao espaço do estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Fundamento Legal: Lei Federal 14133/2021

Trata – se de Município com 4.987 habitantes conforme censo IBGE e 2022.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 16

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026
TIPO MAIOR OFERTA/LANCE
MODO: ABERTO

1 – PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, por intermédio de seu Pregoeiro, Sr. Samuel Abraão Pires, nomeado pela Portaria nº 02/2026, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, a fim de selecionar proposta para Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

A abertura da sessão será às **12:30hs do dia 27 de julho de 2026**, quando serão recebidos os envelopes de **"PROPOSTA"** e "**DOCUMENTAÇÃO**", relativos à licitação, bem como credenciados os representantes interessados.

Justificativa Pregão Presencial: Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº. 003/2025, e demais legislações pertinentes ao objeto.

A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso de Dores do Turvo MG, se adequarem à forma eletrônica:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

(...)

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2ºdo art. 17 desta Lei;

2.3.1 A Lei nº. 14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

A modalidade presencial conforme disposto no Art 17&2º da Lei 14133/2021, se justifica pela celeridade na contratação, visto que o pregão presencial permiti inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos na modalidade eletrônica e aumentariam seus custos.

Dentre as diversas vantagens da modalidade do pregão presencial sobre o eletrônico, frisa – se principalmente, a possibilidade de esclarecimentos imediato durante o pregão presencial e a facilidade na negociação dos preços, bem como a verificação das condições de habilitação e execução da proposta. A opção pela modalidade de pregão presencial não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrario, permite maior redução nos preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 17

Imperiosos destacar que, muito a lei contempla preferencialmente a modalidade de pregão eletrônico, o mesmo apresenta inúmeros custos, muitas vezes, não mensurados, não atendendo ao Principio da Economicidade, em especial para aquisição de bens e serviços de valores próximos aos limites para a dispensa de licitação, nos termo do Art 75, II da lei 147133/2021.

A lei 14133/2021 estabelece preferencialmente o pregão eletrônico e não sua obrigatoriedade, uma vez que não revogou a modalidade do pregão presencial. Dessa forma, conforme Decreto municipal 003/20205, optamos pela forma presencial visto que, além de pratico, fácil e acessível, atinge seu fim único de toda licitação, qual seja garantir a observância do principio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos e a selecionar a proposta mais vantajosa mediante sessão publica por mérito de propostas de preços escritos e lances verbais, sendo os certames gravados e, as mídias com o conteúdo das gravações serão disponibilizadas no sítio oficial da Prefeitura Municipal.

2 – OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste certame a Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG, de acordo com o TERMO REFERÊNCIA - ANEXO I do presente Edital de Licitação.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação interessados PESSOAS JURÍDICAS que atendam a todas as condições do presente edital, que sejam do ramo pertinente ao objeto desta licitação.

3.2 – **Licitantes interessados deverão apresentar fora dos envelopes, no ato inicial do certame:**

I) DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ANEXO IV);

II) CREDENCIAMENTO (ANEXO V);

III) CÓPIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE E CPF do credenciado.

IV) CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL COM A ÚLTIMA ALTERAÇÃO SE FOR O CASO, OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

V) DECLARAÇÃO DE ME OU EPP (E FOR O CASO ANEXO VII)

VI) CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA NOS ULTIMOS 60 (SESSENTA) DIAS.

3.3 - No caso de credenciamento, referente ao dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, também deverá ser apresentado o respectivo estatuto ou contrato social, e a última alteração estatutária ou contratual, se houver, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4 - ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Os envelopes **"Proposta Comercial"** e **"Documentação"** deverão ser indevassáveis, devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo, bem como, deverão indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 18

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
ENDEREÇO RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, Nº 55, CENTRO
ENVELOPE N° 01 "**PROPOSTA COMERCIAL**"
PROCESSO Nº 097/2026
PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2026
ABERTURA DIA: 27/07/2026– 12:30 hs

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
ENDEREÇO RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, Nº 55, CENTRO
ENVELOPE N° 02 "**DOCUMENTAÇÃO**"
PROCESSO Nº 097/2026
PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2026
ABERTURA DIA: 27/07/2026– 12:30 hs

5 - DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

5.2. Não poderão disputar esta licitação:

5.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 19

5.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.11. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.2.14. O disposto a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2.16. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6 - PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 01

6.1 - Proposta de preços em uma via, assinada pelo licitante ou procurador em todas as suas folhas, impressa em papel preferencialmente timbrado, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme ANEXO III do Edital.

6.2 - Prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contendo os valores com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.3 – A proposta deve conter o nome da empresa, o número do CNPJ e o endereço completo contendo: telefone, email e/ou outro mecanismo para contato.

6.4 - A proposta deve conter o número do Pregão e do Processo Licitatório.

6.5 - A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto.

7 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o maior preço

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 20

7.2 - Às proponentes licitantes que apresentarem a proposta de maior preço, as licitantes com propostas de preços até 5% (cinco por cento) superiores àquela, ou quando não houver pelos menos 3 (três) proponentes com ofertas nas condições definidas anteriormente, ás Autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), será dada a oportunidade de oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, objetivando a obtenção da melhor proposta, conforme disposto na Lei Federal n° 14133/2021.
7.3 - Após a abertura das propostas, será determinada disposição de lances verbais dos representantes das licitantes, em ordem de "menor preço para maior preço".
7.4 - Durante os lances verbais poderá o Pregoeiro fixar o importe/percentual mínimo de cada lance, a fim de vedar lances sucessivos de valores ínfimos de redução, atendidos os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que exigirem o caso.
7.5 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.
7.6 - Os lances inexequíveis serão descartados após sua efetiva comprovação.
7.7 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada à proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste edital, pelo Prefeito Municipal.
7.8 - Poderá ser deliberado pelo Pregoeiro a possibilidade de saneamento de falhas em favor do licitante, desde que não promova situações de favorecimento ilícito ou omisso, mas sim de economia nas contratações. Todavia, há que considerar que as empresas apresentarão suas correções e todas as comprovações exigentes do Edital.
7.9 - No caso de saneamento de falhas poderá ser efetuada diligência no certame, ou mesmo abertura de prazo estipulado pelo Pregoeiro, onde deverão ser registrados os fatos em ata.

7.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 10,00 (dez reais).

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n° 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

SICAF;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n° 3/2018, art. 29, *caput*)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o

8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.3. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

Será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Os resultados das avaliações serão divulgados no Diario Oficial.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 22

com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG Fls. 23

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4°):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4° do Decreto n° 8.538/2015).

10. Habilitação jurídica

10.1 Documentação:

a. Documento de identidade dos sócios que representam legalmente a sociedade.
b. Registro comercial, no caso de empresa individual.
c. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada.
d. O documento deverá ser acompanhando da última alteração, se for o caso, ou apenas o ato constitutivo consolidado.
e. No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
f. Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedade civil.
g. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
h. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual.
i. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, no caso de microempreendedor individual (MEI).
j. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 24

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela secretaria competente do Município.
e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

10.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa juridica.

É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

10.5. Declarações

a. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante (Modelo - ANEXO IV).

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

a. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

b. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

c. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

d. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 25

e. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

f. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

g. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

h. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. DO CONTRATO

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. O contrato será assinada por meio de assinatura digital, gov ou manual.

11.4. Serão formalizadas tantos Contratos quantas forem necessárias para todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O valor contratado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

11.6. A existência do contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 26

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site da Prefeitura municipal.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 27

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 23

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado conforme art 156 da lei 14133.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.° 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4° da IN SEGES/ME n.° 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 29

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no site e no Diário Oficial da Prefeitura Municipal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados enviados por e-mail, protocolados presencialmente no setor de licitações ou via correio sendo que, a Comissão não se responsabiliza por arquivos via e-mail ou correio não chegar dentro do prazo estipulado no presente edital.

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no site da Prefeitura Municipal.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 30

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no site oficial da Prefeitura Municipal www.doresdoturvo.mg.gov.br .

15.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta Contrato

ANEXO III – PROPOSTA

DECLARAÇÕES – ANEXOS (HABILITAÇÃO IV), (CREDENCIAMENTO V), (MENOR VI) E (ME/EPP VII).

Dores do Turvo MG, 30 de junho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG Fls. 32

Nos dias 28 e 29 de agosto de 2026, **VALOR MÁXIMO DE:**
R$ 20,00 (vinte reais) para motos;
R$ 30,00 (trinta reais) para carros de passeio;
R$ 50,00(cinquenta reais) para vans e kombis;
Gratuito para ônibus (escolares terceirizados pelo município).

Nos dias 27 e 30 de agosto de 2026 não poderá ser cobrado valor para a entrada de motos; carros; vans; ônibus e demais veículos na área destinada ao estacionamento do Parque de Exposições.

OUTROS SERVIÇOS: Hospedagem, alimentação, transporte local, lanches, permanência, manutenção de equipamentos e todos os demais profissionais não serão fornecidos pelo Município de Dores do Turvo/MG, ficando a cargo do contratado.

TRANSPORTE: O transporte de carga e de pessoal, se necessário, ficará a cargo da contratada.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG

Viabilizar acesso do contratado para a fiel execução do contrato.

Fiscalizar a correta execução do contrato, por intermédio do Departamento Administração.

RESPONSABILIDADES DO CONCESSIONÁRIO

A operação deverá ser feita pelo Concessionário, sob supervisão e orientação do Concedente tendo como responsabilidades:

Controle da utilização do estacionamento, incluindo a verificação das condições de regularidade de utilização das vagas;

Manter equipe necessária para a operação do estacionamento;

Fornecimento dos equipamentos eletrônicos para controle e gestão de estacionamento e de os demais recursos necessários à sua operação, tanto para os funcionários como também para os veículos.

Manter os funcionários uniformizados com camiseta, calça e/ou bermuda, boné, bolsa e/ou pochete, bem como identificados com crachá;

Fornecer todos os equipamentos de EPIs para os funcionários visando a segurança dos mesmos conforme determina a lei;

Arcar com o pagamento de salários e encargos sociais de todos os seus funcionários, não se responsabilizando o Concedente por tais ônus;

Características e Requisitos da Operação

Monitoramento e Fiscalização
Ato de fiscalizar, orientar e educar o usuário da melhor forma de utilização na área de estacionamento.

Em caso de decretação de pandemias, caso fortuito ou força maior que venha a ocorrer a época da exposição, onde, se o mesmo não se realizar, fica suspenso o pagamento e a obrigação entre as partes.

Gerenciar o estacionamento do Parque Municipal de Exposições durante a realização da exposição, realizando o controle de entrada e saída de veículos, com emissão de recibos de pagamentos para os usuários pagantes e responsabilizando-se objetivamente pela segurança no interior do estacionamento;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 33

Observar toda a legislação vigente, no tocante à atividade exercida, principalmente, mas não se limitando, às disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e demais legislações pertinentes;

Recepção do veículo do usuário, com emissão de comprovante de entrega do veículo contendo todas as informações para que o usuário possa retirá-lo com segurança;

Gerenciar o estacionamento com mão-de-obra qualificada, devidamente uniformizada e em quantitativo suficiente para a prestação do serviço com qualidadee rapidez;

Manter, durante todo o período de realização da exposição, um responsável por todas as providências necessárias ao perfeito funcionamento do estacionamento e que forneça informações ao público quanto ao procedimento de utilização e atenda às possíveis reclamações dos usuários;

Assumir, por sua conta e risco a operação do estacionamento, respondendo por todas as atividades e encargos relativos ao serviço prestado;

Responsabilizar-se pela operação do estacionamento com toda a responsabilidade técnica, econômica e jurídica, e a obrigação de obter as autorizações necessárias para o exercício das atividades OBJETO da presente licitação;

Responsabilizar-se por todas as atividades e encargos relacionados com os referidos bens e direitos da contratação;

Cumprir e fazer cumprir todas as obrigações previstas na legislação federal, estadual e municipal, especialmente as de natureza trabalhista, fiscal, previdenciáriae ambiental;

Responsabilizar-se pela manutenção, guarda, conservação e bom uso dos bens, equipamentos e edificações que lhe estão sendo entregues, respondendo direta, pessoal e exclusiva por quaisquer danos que venham a ser causados aos mesmos, por ação ou omissão, sua ou de terceiros, incluindo empregados e prepostos;

Responder administrativa e civilmente pelos eventuais danos causados a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo e a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo ou de seus prepostos na execução dos serviços objeto da concessão, cumprindo- lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias, excluindo a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo de qualquer lide judicial que venha ocorrer;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o espaço do estacionamento em que se verificarem vícios ou incorreções, sem que lhe caiba qualquer indenização;

Manter vigilância da área do estacionamento e dos veículos estacionados nela, através de segurança fisica;

Utilizar manobristas, de forma facultativa, devidamente credenciados e de sua inteira responsabilidade cível, trabalhista e previdenciária, para o melhor aproveitamento do número de vagas dentro do estacionamento licitado;

Responsabilizar-se pela identificação dos funcionários através de crachás e uniformes completos, sendo expressamente vedado a todos os que trabalham no estacionamento o uso de chinelos, sandálias, bermudas, camisas sem manga, etc;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 34

Manter a demarcação das vagas e sinalização no chão da área do estacionamento, bem como confeccionar e manter placas de sinalização, de avisos e indicações aos usuários do estacionamento;

Divulgar, em locais visíveis, próximos às entradas e nos guichês de pagamento, sem prejuízo de outras, as seguintes informações: a) Tabela de preços praticada no estacionamento; b) Formas de pagamento admitidas;

Prover equipamentos de sinalização – cavaletes, cones, correntes (de cor amarela e preta) e divisores de fluxo, buscando suprir as necessidades do estacionamento em quantidade e qualidade;

Manter equipe de ronda em todas as áreas de estacionamento, durante a realização de eventos, para orientar o correto estacionamento dentro das vagas, bem como proibir e coibir o estacionamento nos corredores de passagem de veículos, nas saídas de emergência e nas rotas de fuga do espaço;

Responsabilizar-se por danos materiais ou pessoais, colisões, furtos e sinistros de veículos, dentro da área do espaço cedido para o estacionamento, sendo o CONTRATADO responsável por todas as ações judiciais a quer der causa durante a realização do evento dentro da área na qual o mesmo será o responsável pelo estacionamento dos veículos do público deste evento.

Responsabilizar-se pelo pagamento de todo e quaisquer seguros e indenizações que for devido em decorrência da concessão do estacionamento;

É VEDADO AO CONTRATADO a sublocação para vendedores/ambulantes no espaço para comercialização de bebidas e/ou comidas.

O Município não se responsabiliza por danos ocasionados, por culpa ou dolo a terceiros, sendo de responsabilidade integral do contratado a indenização e/ouressarcimento.

O proponente vencedor será responsável pela segurança do estacionamento, devendo o mesmo dispor de equipe de seguranças para a realização da vigilância e segurança dos veículos.

Todas as despesas relativas à limpeza e manutenção do local correrão por conta do CONTRATADO;

Horário de funcionamento: Livre;

DAS CONDIÇÕES GERAIS

O licitante classificado no certame deverá realizar o pagamento da seguinte forma: 100% ate 05 (cinco) dias uteis apos a publicação da adjudicação do certame mediante boleto (DAE) emitido pelo setor de tributos da Prefeitura Municipal.

A não realização do pagamento na forma supra estabelecida importará na rescisão imediata da concessão, aplicando-se ao concessionário infrator as penalidade cabíveis, além da perda de qualquer quantia paga antecipadamente.

Os CONTRATADOS serão ÚNICOS responsáveis por quaisquer danos materiais ou pessoas ocorridos nas áreas de ESTACIONAMENTOS E durante a presente concessão, sendo os mesmos responsáveis por quaisquer ocorrências de roubos ou danos materiais em veículos/motocicletas ocorridos dentro do estacionamento durante a realização da exposição.

O CONTRATADO responderá por todos os processos judiciais decorrentes da presente concessão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 35

O CONTRATADO receberá o objeto desta licitação no estado em que se encontra (Parque Municipal de Exposições) devendo devolvê-los nas mesmas condições de higiene e uso, neles não podendo fazer qualquer alteração de ordem física sem que haja expresso consentimento do Poder Concedente e que só poderá ser por escrito.

OS BENS OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O prazo de vigência da contratação é até 02(dois) de setembro de 2026 a partir da data de assinatura

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente contratação não será admitida a indicação das seguintes marcas.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia, manutenção e assistência técnica

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21

GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 36

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

1.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

1.1.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

1.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

1.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

1.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

1.1.6. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

1.1.7. Valor cobrado;

1.1.8. Cuidado com os veículos;

1.1.9. Limpeza do local;

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 32

contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O licitante classificado no certame deverá realizar o pagamento da seguinte forma: 100% ate 05 (cinco) dias uteis apos a publicação da adjudicação do certame mediante boleto (DAE) emitido pelo setor de tributos da Prefeitura Municipal.

A não realização do pagamento na forma supra estabelecida importará na rescisão imediata da concessão, aplicando-se ao concessionário infrator as penalidade cabíveis, além da perda de qualquer quantia paga antecipadamente.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamentos

Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

1.1.10. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 38

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR LANCE/ MAIOR OFERTA.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

1. registro comercial no caso de firma individual;
2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
3. comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
5. RG e CPF de todos os socios da empresa.

- DA REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA, ECONÔMICO- FINANCEIRA E TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 39

1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

I- Regularidade Fiscal

a) prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS,** através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

b) prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual da sede da licitante**;

c) prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

d) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(CRF - FGTS),** demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

II-RegularidadeTrabalhista

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da **CNDT;**

III-RegularidadeEconômico/Financeira

a) Certidão negativa de falência ou em Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90(noventa) dias da data da sessão do pregão, se outro prazo não constar no documento.

É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

IV – Declarações (anexos)

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

1.1.11. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG Fls. 40

1.1.12. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

1.1.13. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

1.1.14. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

1.1.15. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

1.1.16. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação esta na tabela acima

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Presente certame será contabilizado como receita.

Dores do Turvo 30 de junho de 2026

Tiago Magalhaes Vieira
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls.. 41

CONTRATO DE CONCESSÃO ESPAÇO PUBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO E _____.

CONTRATO Nº /2026
Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55, centro, Estado de Minas Gerais, com CNPJ n°18.128.249/0001-42, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Kallil Daheir Moreira Cunha, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste município de Dores do Turvo/MG, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado _____, com sede na Rua _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, cidade de _____, Estado de _____, que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto deste a Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG, conforme tabela exposta abaixo: ...(tabela a ser inserida após o resultado)...

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1.O presente contrato terá seu valor total de R$ _____(valor por extenso).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O licitante classificado no certame deverá realizar o pagamento da seguinte forma: 100% ate 05 (cinco) dias uteis apos a publicação da adjudicação do certame mediante boleto (DAE) emitido pelo setor de tributos da Prefeitura Municipal.

A não realização do pagamento na forma supra estabelecida importará na rescisão imediata da concessão, aplicando-se ao concessionário infrator as penalidade cabíveis, além da perda de qualquer quantia paga antecipadamente.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Presente certame será contabilizado como receita.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1.A Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, através de representante fará fiscalização no presente contrato e registrará todas e quaisquer ocorrências que por ventura venham a ocorrer.

CLÁSULA SEXTA – DA CONCESSÃO

O futuro contratado deverá repassar ao Município os valores obtidos do resultado do procedimento licitatório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 42

O futuro contratado poderá utilizar o imóvel público durante a vigência do contrato, obedecendo os valores máximos que poderão ser cobrados, conforme se segue:

Nos dias 28 e 29 de agosto de 2026, **VALOR MÁXIMO DE:**
R$ 20,00 (vinte reais) para motos;
R$ 30,00 (trinta reais) para carros de passeio;
R$ 50,00(cinquenta reais) para vans e kombis;
Gratuito para ônibus (escolares terceirizados pelo município).

Nos dias 27 e 30 de agosto de 2026 não poderá ser cobrado valor para a entrada de motos; carros; vans; ônibus e demais veículos na área destinada ao estacionamento do Parque de Exposições.

OUTROS SERVIÇOS: Hospedagem, alimentação, transporte local, lanches, permanência, manutenção de equipamentos e todos os demais profissionais não serão fornecidos pelo Município de Dores do Turvo/MG, ficando a cargo do contratado.

TRANSPORTE: O transporte de carga e de pessoal, se necessário, ficará a cargo da contratada.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG

Viabilizar acesso do contratado para a fiel execução do contrato.

Fiscalizar a correta execução do contrato, por intermédio do Departamento Administração.

RESPONSABILIDADES DO CONCESSIONÁRIO

A operação deverá ser feita pelo Concessionário, sob supervisão e orientação do Concedente tendo como responsabilidades:

Controle da utilização do estacionamento, incluindo a verificação das condições de regularidade de utilização das vagas;

Manter equipe necessária para a operação do estacionamento;

Fornecimento dos equipamentos eletrônicos para controle e gestão de estacionamento e de os demais recursos necessários à sua operação, tanto para os funcionários como também para os veículos.

Manter os funcionários uniformizados com camiseta, calça e/ou bermuda, boné, bolsa e/ou pochete, bem como identificados com crachá;

Fornecer todos os equipamentos de EPIs para os funcionários visando a segurança dos mesmos conforme determina a lei;

Arcar com o pagamento de salários e encargos sociais de todos os seus funcionários, não se responsabilizando o Concedente por tais ônus;

Características e Requisitos da Operação

Monitoramento e Fiscalização: Ato de fiscalizar, orientar e educar o usuário da melhor forma de utilização na área de estacionamento.

Em caso de decretação de pandemias, caso fortuito ou força maior que venha a ocorrer a época da exposição, onde, se o mesmo não se realizar, fica suspenso o pagamento e a obrigação entre as partes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 43

Gerenciar o estacionamento do Parque Municipal de Exposições durante a realização da exposição, realizando o controle de entrada e saída de veículos, com emissão de recibos de pagamentos para os usuários pagantes e responsabilizando-se objetivamente pela segurança no interior do estacionamento;

Observar toda a legislação vigente, no tocante à atividade exercida, principalmente, mas não se limitando, às disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e demais legislações pertinentes;

Recepção do veículo do usuário, com emissão de comprovante de entrega do veículo contendo todas as informações para que o usuário possa retirá-lo com segurança;

Gerenciar o estacionamento com mão-de-obra qualificada, devidamente uniformizada e em quantitativo suficiente para a prestação do serviço com qualidadee rapidez;

Manter, durante todo o período de realização da exposição, um responsável por todas as providências necessárias ao perfeito funcionamento do estacionamento e que forneça informações ao público quanto ao procedimento de utilização e atenda às possíveis reclamações dos usuários;

Assumir, por sua conta e risco a operação do estacionamento, respondendo por todas as atividades e encargos relativos ao serviço prestado;

Responsabilizar-se pela operação do estacionamento com toda a responsabilidadetécnica, econômica e jurídica, e a obrigação de obter as autorizações necessárias para o exercício das atividades OBJETO da presente licitação;

Responsabilizar-se por todas as atividades e encargos relacionados com os referidos bens e direitos da contratação;

Cumprir e fazer cumprir todas as obrigações previstas na legislação federal, estadual e municipal, especialmente as de natureza trabalhista, fiscal, previdenciáriae ambiental;

Responsabilizar-se pela manutenção, guarda, conservação e bom uso dos bens, equipamentos e edificações que lhe estão sendo entregues, respondendo direta, pessoal e exclusiva por quaisquer danos que venham a ser causados aos mesmos, por ação ou omissão, sua ou de terceiros, incluindo empregados e prepostos;

Responder administrativa e civilmente pelos eventuais danos causados a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo e a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo ou de seus prepostos na execução dos serviços objeto da concessão, cumprindo- lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias, excluindo a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo de qualquer lide judicial que venha ocorrer;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o espaço do estacionamento em que se verificarem vícios ou incorreções, sem que lhe caiba qualquer indenização;

Manter vigilância da área do estacionamento e dos veículos estacionados nela, através de segurança física;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 44

Utilizar manobristas, de forma facultativa, devidamente credenciados e de sua inteira responsabilidade cível, trabalhista e previdenciária, para o melhor aproveitamento do número de vagas dentro do estacionamento licitado;

Responsabilizar-se pela identificação dos funcionários através de crachás e uniformes completos, sendo expressamente vedado a todos os que trabalham no estacionamento o uso de chinelos, sandálias, bermudas, camisas sem manga, etc;

Manter a demarcação das vagas e sinalização no chão da área do estacionamento, bem como confeccionar e manter placas de sinalização, de avisos e indicações aos usuários do estacionamento;

Divulgar, em locais visíveis, próximos às entradas e nos guichês de pagamento, sem prejuízo de outras, as seguintes informações: a) Tabela de preços praticada no estacionamento; b) Formas de pagamento admitidas;

Prover equipamentos de sinalização – cavaletes, cones, correntes (de cor amarela e preta) e divisores de fluxo, buscando suprir as necessidades do estacionamento em quantidade e qualidade;

Manter equipe de ronda em todas as áreas de estacionamento, durante a realização de eventos, para orientar o correto estacionamento dentro das vagas, bem como proibir e coibir o estacionamento nos corredores de passagem de veículos, nas saídas de emergência e nas rotas de fuga do espaço;

Responsabilizar-se por danos materiais ou pessoais, colisões, furtos e sinistros de veículos, dentro da área do espaço cedido para o estacionamento, sendo o CONTRATADO responsável por todas as ações judiciais a quer der causa durante a realização do evento dentro da área na qual o mesmo será o responsável pelo estacionamento dos veículos do público deste evento.

Responsabilizar-se pelo pagamento de todo e quaisquer seguros e indenizações que for devido em decorrência da concessão do estacionamento;

É VEDADO AO CONTRATADO a sublocação para vendedores/ambulantes no espaço para comercialização de bebidas e/ou comidas.

O Município não se responsabiliza por danos ocasionados, por culpa ou dolo a terceiros, sendo de responsabilidade integral do contratado a indenização e/ouressarcimento.

O proponente vencedor será responsável pela segurança do estacionamento,devendo o mesmo dispor de equipe de seguranças para a realização da vigilância e segurança dos veículos.

Todas as despesas relativas à limpeza e manutenção do local correrão por conta do CONTRATADO;

Horário de funcionamento: Livre;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 45

DAS CONDIÇÕES GERAIS

O licitante classificado no certame deverá realizar o pagamento da seguinte forma: 100% ate 05 (cinco) dias uteis apos a publicação da adjudicação do certame mediante boleto (DAE) emitido pelo setor de tributos da Prefeitura Municipal.

A não realização do pagamento na forma supra estabelecida importará na rescisão imediata da concessão, aplicando-se ao concessionário infrator as penalidade cabíveis, além da perda de qualquer quantia paga antecipadamente.

Os CONTRATADOS serão ÚNICOS responsáveis por quaisquer danos materiais ou pessoas ocorridos nas áreas de ESTACIONAMENTOS E durante a presente concessão, sendo os mesmos responsáveis por quaisquer ocorrências de roubos ou danos materiais em veículos/motocicletas ocorridos dentro do estacionamento durante a realização da exposição.

O CONTRATADO responderá por todos os processos judiciais decorrentes da presente concessão.

O CONTRATADO receberá o objeto desta licitação no estado em que se encontra (Parque Municipal de Exposições) devendo devolvê-los nas mesmas condições de higiene e uso, neles não podendo fazer qualquer alteração de ordem física sem que haja expresso consentimento doPoder Concedente por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1. **A CONTRATANTE** obriga-se a efetuar o pagamento estipulado neste instrumento de contrato pelos produtos que forem fornecidos pela CONTRATADA.

7.2. **A CONTRATADA** obriga-se a efetuar a entrega do objeto à CONTRATANTE, de acordo com as condições previstas neste instrumento e fixadas no edital da licitação.

7.3. O recebimento e conferencia do objeto licitado será responsabilidade do requisitante.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

8.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe o art. 124 da Lei Federal n° 14.133/2021.

8.2. A Proponente que vier a ser vencedora, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, o Município, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I - Advertência por escrito;
II- Multa diária no valor de 0,5% (meio por cento) do valor do total estimado contratado, pela falta de fornecimento;
III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, por prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 46

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

9.2. As sanções previstas nos incisos do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a multa, nos termos do artigo 156, inc. II da Lei 14.133/2021.

9.3. As penalidades previstas neste certame poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito Municipal, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, poderá ensejar, também, a sua rescisão, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

10.2. Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de vigência do presente contrato é até 02 (dois) de setembro de 2026, com início a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 14133/2021, mediante celebração de termo aditivo próprio e específico, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. Aplicam-se ao presente Contrato normas da Lei Federal nº 14.133, Decreto Municipal nº 043/2022;

CLÁSUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

13.1. Os valores constantes da referida contratação poderão ser revistos mediante solicitação da **CONTRATADA** e desde que sejam satisfatoriamente apresentados elementos que demonstrem a necessidade de readequação, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.2. As solicitações referidas no item 13.1 deverão vir acompanhadas de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Elegem as partes contratantes o foro da comarca de Senador Firmino/MG, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 47

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Dores do Turvo/MG,_____ de 2026.

_____ _____

Município de Dores do Turvo - Contratante
Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal –

Contratada

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF-_____ CPF-_____

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls.. 48

ANEXO III
PROPOSTA

Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026

OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Dados do Licitante:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Total
01	Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.	01 Concessão	

Validade da proposta**: CONFORME EDITAL**

Valor da Proposta: R$ xxxxxxx (valor por extenso)

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Local data:_____
Assinatura: _____

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 49

ANEXO IV – DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

(fora do envelope)

Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026

OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Licitante, inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____-__, com sede na _____(endereço completo), **declara**, sob as penas da lei, que, na presente data, **cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, em obediência A Lei nº14133/2021.

Local – data ___/____/_____

(a)_____

Assinatura e identificação do declarante

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 50

ANEXO V – CREDENCIAMENTO

(fora do envelope)

Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026

OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Licitante, inscrita no CNPJ sob o n° _____, com sede na _____(endereço completo), representado pelo Srº _____ qualificação completa), vem pelo presente credenciar o Sr. _____, RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (qualificação completa) junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Local, ____ de _____2026.

_____
Assinatura e identificação do responsável

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 51

ANEXO VI - DECLARAÇÕES DE QUE NÃO EMPREGA MENOR, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DE IDONEIDADE, DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA E DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL.

(dentro envelope 02)
Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026

OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Licitante, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____(endereço completo), **DECLARA**:

- Para fins do disposto na Lei nº 14133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos salvo condição de aprendiz;

- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Sob as penas da lei, que, na presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no processo licitatório, inclusive não está proibido de contratar com a Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Sob as penas da Lei, que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, e nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

- Sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

-Expressamente que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

Local, ____ de _____ de 2026

Assinatura e identificação do responsável

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls.. 52

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(fora do envelope)

Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026

OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

A Pessoa Jurídica _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na _____, nº _____, _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, nacionalidade (a), estado civil (a), cargo, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte .

Local, ____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do Representante Legal e Identificação

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 04702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls.. 53

Documento de Formalização de Demanda

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE DORES DO TURVO, MG.

Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Dores do Turvo MG, 15 de junho de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 54

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

14 de agosto de 2026 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

1.2- Descrição sucinta do objeto

Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições durante a realização da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 do Município de Dores do Turvo.

A necessidade da contratação decorre da grande concentração de público esperada durante os dias do evento, o que demanda a disponibilização de área organizada e adequada para estacionamento de veículos, garantindo maior segurança, controle de acesso, fluidez do trânsito e comodidade aos visitantes, expositores, participantes e demais envolvidos nas festividades.

A concessão do espaço para exploração do estacionamento possibilita que a Administração Municipal promova a gestão eficiente da área, transferindo ao concessionário a responsabilidade pela operação, organização, controle e manutenção do local durante o período do evento, sem a necessidade de mobilização de recursos humanos e materiais adicionais por parte do Município.

Além disso, a medida contribui para a preservação da ordem pública nas imediações do Parque de Exposições, reduzindo estacionamentos irregulares em vias públicas e proporcionando melhores condições de circulação e segurança para pedestres e motoristas.

Dessa forma, a concessão de uso do espaço público destinado ao estacionamento mostra-se necessária e vantajosa para atender ao interesse público, assegurando a adequada infraestrutura de apoio à realização da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026, evento de relevante importância econômica, cultural e social para o município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 55

3-MATERIAIS/SERVIÇOS

ITEM	ÁREA	DESCRIÇÃO
01	20.000 m^2 aprox.	Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2025 de Dores do Turvo-MG, a

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

TIAGO MAGALHÃES VIEIRA
SECRETARIA DE AGRICULTURA

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 56

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Data: 15 de junho de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 57

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente concessão de uso de espaço público refere-se à exploração do estacionamento localizado no Parque de Exposições do Município de Dores do Turvo durante a realização das festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026.

A necessidade da concessão decorre da grande concentração de público e do elevado fluxo de veículos esperados durante o evento, tornando indispensível a disponibilização de área organizada e adequada para estacionamento. A medida visa garantir maior segurança, conforto e comodidade aos visitantes, expositores, produtores rurais, comerciantes e demais participantes, além de contribuir para a organização do trânsito nas imediações do Parque de Exposições.

A concessão também possibilita a gestão eficiente do espaço público destinado ao estacionamento, assegurando o controle de acesso de veículos, a ordenação das vagas e a adequada prestação dos serviços aos usuários durante todo o período das festividades, em conformidade com o interesse público e as normas municipais aplicáveis.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECCRETARIA DA AGRICULTURA

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A concessão de uso do espaço público destinado ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 do Município de Dores do Turvo, tem como finalidade atender à demanda de organização, controle e operacionalização do estacionamento de veículos durante a realização do evento.

Considerando a expressiva participação de visitantes, produtores rurais, expositores, comerciantes e

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 58

demais usuários, torna-se necessária a disponibilização de estrutura adequada para recepção e acomodação dos veículos, garantindo maior segurança, fluidez no tráfego, organização do espaço e melhor experiência ao público.

A concessão permite que a gestão e a exploração do estacionamento sejam realizadas por terceiro, sob supervisão da Administração Municipal, reduzindo a necessidade de alocação de recursos humanos e materiais do Município para essa atividade específica. Além disso, possibilita a geração de receita ao Poder Público, contribuindo para a sustentabilidade econômica do evento e para a adequada utilização do patrimônio público.

Dessa forma, a concessão apresenta-se como a solução mais eficiente para assegurar a prestação do serviço de estacionamento durante as festividades, atendendo ao interesse público, promovendo a organização do evento e garantindo melhores condições de acesso e permanência dos participantes.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

ITEM	ÁREA	DESCRIÇÃO
01	20.000 m^2 aprox.	Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2025 de Dores do Turvo-MG, a

6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha pela concessão de uso do espaço público destinado ao estacionamento do Parque de Exposições durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 do Município de Dores do Turvo mostra-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico e econômico.

Do ponto de vista técnico, a concessão possibilita que a operação do estacionamento seja executada por particular que disponha de estrutura operacional, equipe de apoio e capacidade de gerenciamento compatíveis com a demanda prevista para o evento. Tal medida contribui para a organização do fluxo de veículos, o controle de acesso, a adequada utilização das áreas destinadas ao estacionamento e a segurança dos usuários, reduzindo riscos de congestionamentos e transtornos durante a realização das festividades.

Além disso, a exploração por concessionário permite maior eficiência na gestão do espaço, com definição clara de responsabilidades quanto à manutenção da ordem, sinalização, orientação dos motoristas e demais atividades necessárias ao funcionamento do estacionamento.

Sob o aspecto econômico, a concessão apresenta-se como solução vantajosa para a Administração Municipal, uma vez que transfere ao particular os custos operacionais relacionados à exploração do estacionamento, evitando despesas com contratação de pessoal, aquisição de

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 59

materiais, equipamentos e demais recursos necessários à prestação do serviço. Dessa forma, o Município não necessita realizar investimentos diretos para a operacionalização da atividade.

Adicionalmente, a concessão possibilita a obtenção de receita decorrente da outorga ou dos valores pactuados no processo licitatório, promovendo melhor aproveitamento do patrimônio público e contribuindo para a redução dos custos de realização do evento.

Diante do exposto, conclui-se que a concessão de uso do espaço público destinado ao estacionamento constitui a alternativa mais eficiente, econômica e compatível com o interesse público, garantindo a adequada prestação do serviço durante a Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026, sem gerar ônus operacional significativo para a Administração Municipal.

7. RESPONSÁVEIS

TIAGO MAGALHÃES VIEIRA

8. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 15 de junho de 2026

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO- CEP.: 36.513-000.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 60

Encaminhamento para parecer jurídico:

Encaminhamos a presente Licitação Processo nº. 097/2026, na Modalidade Pregão Presencial nº 023/2026, maior lance para apreciação e emissão de Parecer quanto à continuação do Processo.

Município de Dores do Turvo, 30 de junho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 61

PARECER JURÍDICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2026
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 28, I, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo/MG.

I. RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Assessoria Jurídica o processo licitatório instaurado pelo Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, na modalidade pregão presencial, com adoção do critério de julgamento de maior oferta, tendo por objeto a concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro de 2026.

Conforme consta dos autos, pretende-se viabilizar a exploração temporária do espaço público destinado ao estacionamento durante o evento, com área disponível estimada em 20.000 m², sendo o valor inicial dos lances fixado no edital em R$ 20.000,00.

A instrução processual encaminhada para análise jurídica contém Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, laudo de avaliação, minuta de edital e respectivos anexos.

Registra-se, ainda, que o valor mínimo de outorga foi definido com fundamento em laudo emitido pela Comissão Especial de Avaliação de Espaço Público, o qual, segundo informado, concluiu pela compatibilidade do preço inicial com os parâmetros de mercado e com as características do espaço objeto da concessão.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 62

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.1. Da natureza da análise jurídica e do papel da Assessoria Jurídica

A presente manifestação possui natureza estritamente jurídica e se limita ao exame da legalidade da fase preparatória do procedimento, nos termos do artigo 53 da Lei Federal número 14.133, de 2021.

O referido dispositivo estabelece que, ao final da fase preparatória, o processo licitatório deve ser encaminhado ao órgão de assessoramento jurídico da Administração, a quem compete realizar o controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 53 da Lei Federal número 14.133, de 2021, na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico deverá apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade, redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível, de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e exposição dos pressupostos de fato e de direito considerados na análise.

Assim, a atuação jurídica não substitui a competência dos setores técnicos, da autoridade demandante, do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão responsável pela avaliação do espaço público ou da autoridade superior. A análise jurídica não abrange juízo de conveniência, oportunidade, economicidade concreta, escolhas administrativas discricionárias, avaliação técnica de mercado ou conferência quantitativa de preços, salvo quando tais elementos evidenciarem desconformidade jurídica manifesta.

Compete à Assessoria Jurídica examinar a conformidade formal e material da instrução processual com a legislação aplicável, especialmente quanto à existência de planejamento, justificativa da necessidade administrativa, definição adequada do objeto, critérios de julgamento, estimativa mínima de outorga, regras editalícias, minuta contratual e observância dos princípios que regem as licitações públicas.

Nesse sentido, o presente parecer tem caráter opinativo e preventivo, destinando-se a orientar a Administração quanto à regularidade jurídica do procedimento e à

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 65

possibilidade de seu prosseguimento, sem prejuízo da responsabilidade dos agentes competentes pelos atos de natureza técnica, administrativa, orçamentária e decisória.

II.2. Do regime jurídico aplicável

A licitação em análise submete-se à Lei Federal número 14.133, de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O artigo 5º da referida lei determina que, na aplicação da norma, serão observados, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

A Constituição da República, em seu artigo 37, caput, impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O inciso XXI do mesmo artigo estabelece, como regra, a contratação mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

No caso concreto, a Administração pretende conceder a particular o uso temporário de espaço público municipal para exploração econômica do estacionamento durante festividade pública. Por envolver a utilização privativa de bem público por particular, ainda que de forma temporária e onerosa, é juridicamente adequada a instauração de procedimento competitivo, garantindo publicidade, isonomia, impessoalidade e seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

A outorga onerosa do uso do espaço público, quando precedida de procedimento licitatório, atende aos princípios da Administração Pública e permite que a escolha do particular seja realizada mediante critérios objetivos previamente definidos no instrumento convocatório.

II.3. Da modalidade adotada e da forma presencial

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 64

Consta dos autos que o procedimento será realizado na modalidade pregão presencial, com fundamento no artigo 28, inciso I, da Lei Federal número 14.133, de 2021.

O pregão é modalidade vocacionada à seleção de proposta em procedimento competitivo, com lances sucessivos, ampla disputa e julgamento objetivo. No presente caso, a Administração adotou tal rito para maximizar a disputa entre interessados e obter a maior vantagem econômica possível pela concessão temporária do uso do espaço destinado ao estacionamento.

Embora a Lei Federal número 14.133, de 2021, prestigie a forma eletrônica como regra preferencial, a forma presencial é admitida quando houver motivação suficiente. O artigo 17, parágrafo segundo, da mencionada lei dispõe que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Dessa forma, recomenda-se que a Administração mantenha nos autos justificativa expressa para a adoção da forma presencial, indicando as razões de interesse público, operacionalidade, peculiaridade local, natureza do objeto, realidade dos potenciais interessados e demais elementos que demonstrem a adequação do formato escolhido. Também deverá ser observado o registro da sessão em ata e a gravação em áudio e vídeo, como determina a legislação.

Desde que devidamente motivada a adoção da forma presencial e assegurada ampla publicidade, não se verifica óbice jurídico ao prosseguimento do certame sob tal formato.

II.4. Do critério de julgamento de maior oferta

O critério de julgamento adotado no edital é o de maior oferta, com lance inicial fixado em R$ 20.000,00.

A adoção do critério de maior oferta mostra-se compatível com a natureza econômica do objeto, pois a Administração não pretende adquirir bem ou contratar

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS. 65

serviço mediante pagamento ao particular, mas sim selecionar interessado que pagará ao Município o maior valor pela exploração temporária do espaço público concedido.

Nessa lógica, a proposta mais vantajosa para a Administração será aquela que apresentar a maior remuneração pelo uso do espaço, respeitado o valor mínimo estabelecido no instrumento convocatório, as condições de exploração, os deveres do concessionário e as demais regras editalícias.

O julgamento objetivo, princípio expressamente previsto no artigo 5º da Lei Federal número 14.133, de 2021, impõe que o edital defina de forma clara o critério de seleção, a forma de apresentação dos lances, o valor mínimo admitido, as condições de habilitação, as obrigações do vencedor, as hipóteses de desclassificação e as consequências do inadimplemento.

No caso em exame, a fixação de valor inicial em R$ 20.000,00, amparada por laudo da Comissão Especial de Avaliação de Espaço Público, confere suporte técnico à formação do preço mínimo e atende à necessidade de motivação administrativa quanto à estimativa de vantagem econômica esperada.

Recomenda-se, apenas por cautela redacional, que o edital utilize preferencialmente a expressão maior oferta, por melhor corresponder à natureza do objeto, consistente na concessão onerosa de uso de espaço público. Caso a minuta utilize a expressão maior lance, deve ficar claro que se trata do maior valor ofertado ao Município, a partir do valor mínimo fixado no edital.

II.5. Da fase preparatória e dos documentos instrutórios

A fase preparatória da licitação encontra fundamento no artigo 18 da Lei Federal número 14.133, de 2021, segundo o qual essa etapa deve caracterizar o interesse público envolvido, contemplar os estudos técnicos preliminares, a definição do objeto, a estimativa de valor, as condições de execução, a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o regime de fornecimento ou prestação, as exigências de habilitação, o modelo de gestão contratual e demais elementos necessários à adequada condução do certame.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 66

No processo examinado, consta Documento de Formalização de Demanda, instrumento que evidencia a necessidade administrativa e inaugura o planejamento da contratação. Consta também Estudo Técnico Preliminar, destinado a demonstrar a viabilidade da solução pretendida e a adequação da concessão temporária de uso do espaço público ao interesse público local.

O Termo de Referência, por sua vez, deve conter a descrição precisa do objeto, a delimitação do espaço concedido, o período de utilização, as responsabilidades do concessionário, a disciplina de funcionamento do estacionamento, os deveres de conservação, limpeza, segurança, sinalização, controle de acesso, pagamento da outorga, eventuais exigências de seguro, responsabilização por danos e demais condições necessárias à execução regular da concessão.

Também consta dos autos laudo de avaliação emitido pela Comissão Especial de Avaliação de Espaço Público, o qual serviu de base para a fixação do valor mínimo de R$ 20.000,00. Tal documento é relevante, pois demonstra que a Administração buscou suporte técnico para a definição do valor mínimo da outorga, observando a área disponível, as características do espaço, o período de exploração e os parâmetros de mercado.

A minuta de edital e seus anexos, conforme informado, foram juntados aos autos. O edital deve conter regras claras quanto ao objeto, condições de participação, forma de credenciamento, data e local da sessão, apresentação de propostas, disputa de lances, critério de julgamento, habilitação, recursos, adjudicação, homologação, assinatura do instrumento contratual, obrigações do vencedor e penalidades aplicáveis.

A Lei Federal número 14.133, de 2021, exige que a Administração observe planejamento, motivação, transparência e competitividade. A presença dos documentos mencionados revela, em exame preliminar, que a fase preparatória foi formalmente instruída de modo suficiente para o prosseguimento do procedimento.

II.6. Da publicidade, competitividade e vinculação ao edital

A publicidade do edital é requisito essencial à validade do certame, pois permite o conhecimento amplo das regras da disputa e viabiliza a participação de interessados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 69

Nos termos da Lei Federal número 14.133, de 2021, encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade competente deve determinar a divulgação do edital de licitação. A publicidade deverá observar os meios legalmente exigidos, inclusive a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, sem prejuízo de outros meios de divulgação utilizados pelo Município para ampliar a competitividade.

O edital deve assegurar isonomia entre os licitantes, julgamento objetivo, transparência e vinculação às regras previamente estabelecidas. Uma vez publicado, o instrumento convocatório vincula tanto a Administração quanto os interessados, razão pela qual suas cláusulas devem ser redigidas com clareza e precisão.

Recomenda-se que a Administração confira especial atenção às obrigações do futuro concessionário, em especial quanto à utilização regular do espaço, pagamento integral do valor ofertado, responsabilidade por danos, cumprimento de normas de segurança, observância das orientações municipais, proibição de transferência não autorizada da exploração, disciplina de preços cobrados dos usuários, quando aplicável, e devolução do espaço ao final do período de concessão nas condições estipuladas.

II.7. Da minuta contratual e das obrigações essenciais

A minuta do instrumento de concessão de uso deve estabelecer, de maneira objetiva, o prazo de vigência, o período exato de utilização do espaço, o valor da outorga, a forma e o prazo de pagamento, as obrigações do concessionário, as obrigações da Administração, as hipóteses de rescisão, as sanções administrativas, a fiscalização, a responsabilidade civil e administrativa do particular e a vedação de alteração da finalidade do uso.

A Administração deve resguardar o interesse público, garantindo que a exploração do estacionamento não prejudique a organização do evento, a segurança dos usuários, a mobilidade no local, o acesso de veículos autorizados, as normas de defesa civil e demais exigências legais pertinentes.

Também é recomendável que conste cláusula expressa de que a concessão de uso é precária, onerosa, temporária e vinculada exclusivamente ao evento indicado, sem

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 68

transferência de domínio, posse permanente ou qualquer direito real sobre o bem público.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, realizada a análise jurídica preliminar da fase preparatória, verifica-se que o processo licitatório destinado à concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro de 2026 de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, encontra-se formalmente instruído com os documentos essenciais ao seu prosseguimento.

Constam dos autos Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, laudo de avaliação, minuta de edital e respectivos anexos, estando o valor mínimo de R$ 20.000,00 amparado por laudo emitido pela Comissão Especial de Avaliação de Espaço Público, referente à área disponível de 20.000 m².

Assim, sob o aspecto estritamente jurídico, opina-se pela aprovação da fase preparatória, da minuta de edital e de seus anexos, com a recomendação de que a Administração mantenha nos autos motivação expressa para a realização do pregão na forma presencial, bem como assegure que a sessão pública seja registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, nos termos do artigo 17, parágrafo segundo, da Lei Federal número 14.133, de 2021.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Dores do Turvo/MG, 02 de julho de 2026.

Washington Luiz Sudré Silva Junior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO- CEP.: 36.513-000.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 69

AVISO DE LICITAÇÃO

Ref.:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2026
TIPO MAIOR LANCE/OFERTA
Objeto da licitação: concessão da área referente ao espaço do estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

O **MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO** torna público que às 12**h30min (doze horas e trinta minutos) do dia 27 de julho de 2026**, seção pública, na forma da Lei Federal N° 14133/2021 promoverá abertura de Licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 023/2026, Maior Lance / Oferta,** destinada à concessão da área referente ao espaço do estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG. O instrumento convocatório completo poderá ser examinado e solicitado na Prefeitura de Dores do Turvo. Maiores informações pelo telefone 032 3478 0702.

Dores do Turvo, 03 de julho de 2026.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

- CERTIDÃO -

Certifico e dou fé que o instrumento convocatório referente ao Processo nº 097/20236, modalidade Pregão Presencial 023/2026 foi publicado e afixado na integra no Quadro de Avisos do Município, nesta data. Por ser verdade firmo o presente.
Dores do Turvo, 03 de julho de 2026.

Edmar Antônio Venâncio
Membro

Diário Oficial Eletrônico

Município de Dores do Turvo – Minas Gerais
(Lei Municipal n° 950, de 09/11/2017)

Diário Oficial da PM de Dores do Turvo – N° 1409 sexta-feira, 3 de julho de 2026

...AL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 70

PUBLICAÇÕES DO PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE DORES DO TURVO MG, Extrato Contrato nº 107/2026 PROCESSO N°089/2026. INEXIGIBILIDADE Nº: 019/2026. CREDENCIAMENTO Nº: 008/2026. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de aulas de dança que serão ofertadas através das oficinas oferecidas pela Secretaria de Assistência Social da prefeitura municipal de Dores do Turvo MG. Empresa, NATHALIA RIBEIRO LOPES LANA HOMEM 00555017109, CNPJ Nº 29.387.426/0001-21. Valor Total estimado R$15.000,00 (quinze mil reais). Vigencia: 30/06/2026 a 31/12/2026. Data da Assinatura 24 de junho de 2026. Kallil Dahier Moreira Cunha– Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE DORES DO TURVO MG, Extrato Homologação PROCESSO N°089/2026. INEXIGIBILIDADE Nº: 019/2026. CREDENCIAMENTO Nº: 008/2026. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de aulas de dança que serão ofertadas através das oficinas oferecidas pela Secretaria de Assistência Social da prefeitura municipal de Dores do Turvo MG. Empresa, NATHALIA RIBEIRO LOPES LANA HOMEM 00555017109, CNPJ Nº 29.387.426/0001-21. Valor Total estimado R$15.000,00 (quinze mil reais). Data da Assinatura 24 de junho de 2026. Kallil Dahier Moreira Cunha– Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE DORES DO TURVO MG, Extrato Contrato nº 109/2026 PROCESSO N°077/2026. Pregão eletrônico nº 029/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS) gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dores do Turvo MG. Empresa SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA. Valor Total estimado R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Vigencia: 01/07/2026 a 31/12/2026. Data da Assinatura 30 de junho de 2026. Kallil Dahier Moreira Cunha– Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE DORES DO TURVO MG, Extrato Homologação PROCESSO N°077/2026. Pregão eletrônico nº 029/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS) gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dores do Turvo MG. Empresa SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA. Valor Total estimado R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Data da Assinatura 30 de junho de 2026. Kallil Dahier Moreira Cunha– Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE DORES DO TURVO, Processo licitatório nº 097/2026 Pregão Presencial nº 023/2026, Licitação dia 27/07/2026, as 12:30 na sede da Prefeitura Municipal Tipo Maior Lance/Oferta. Objeto: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG. O edital esta no

site oficial Município (www.doresdoturvo.mg.gov.br), e sala licitação. Inf. Nº: 032 3478 0702 e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br. Dores do Turvo, 03/07/2026. Samuel A. Pires– Pregoeiro

MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142
Dados: 2026.07.03 16:05:54 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 92

61.027.929 MARCIA MINEIRO

CNPJ: 61.027.929/0001-07

Rua Padre Henrique Silvino Alves, nº 15 – Bela Vista – Senador Firmino – MG

ANEXO - IV DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

Processo nº 097/2026

Pregão Presencial 023/2026

OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Márcia Mineiro, inscrita no CNPJ sob o n° 61.027.929/0001-07, com sede na Rua Padre Henrique Silvino Alves, nº 15, Bairro Bela Vista, Senador Firmino - MG, **declara,** sob as penas da lei, que, na presente data, **cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, em obediência A Lei nº14133/2021.

Senador Firmino, 22 de julho de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCIA MINEIRO
Data: 23/07/2026 13:40:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARCIA MINEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 73

61.027.929 MARCIA MINEIRO

CNPJ: 61.027.929/0001-07

Rua Padre Henrique Silvino Alves, nº 15 – Bela Vista – Senador Firmino – MG

ANEXO V - CREDENCIAMENTO

Processo nº 097/2026

Pregão Presencial 023/2026

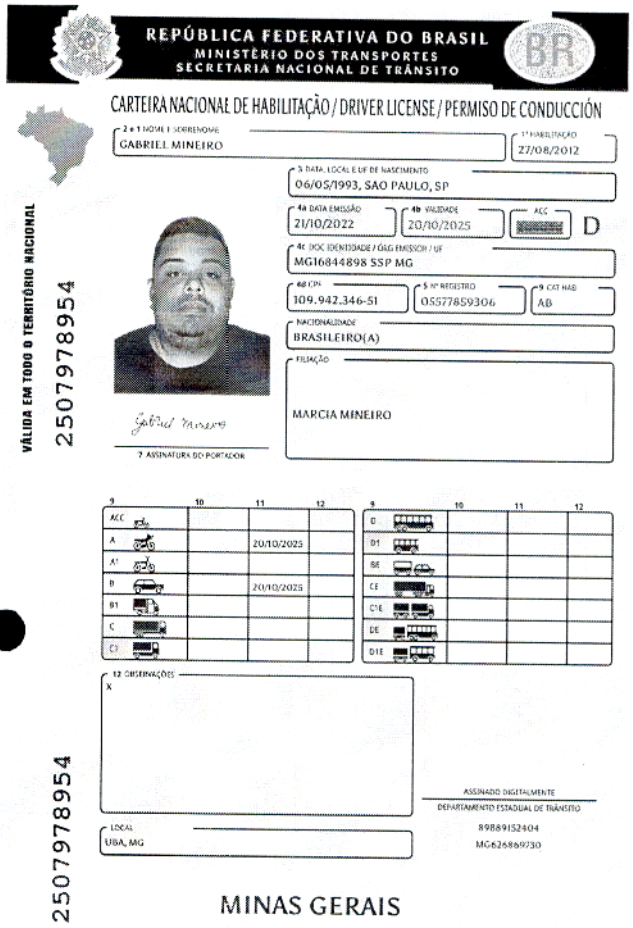
OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Márcia Mineiro, inscrita no CNPJ sob o n° 61.027.929/0001-07, com sede na Rua Padre Henrique Silvino Alves, nº 15, Bairro Bela Vista, Senador Firmino - MG, representado pelo Srº Márcia Mineiro, empresária, brasileira, vem pelo presente credenciar o Sr. Gabriel Mineiro, RG nº 16.844.898, inscrito no CPF sob o nº 109.942.346-51, empresário, brasileiro, junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Senador Firmino, 22 de julho de 2026

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIA MINEIRO
Data: 23/07/2026 13:40:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARCIA MINEIRO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2507978954

2. 1. NOME E SOBRENOME: GABRIEL MINEIRO
4d. DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: MG16844898 SSP MG
4a. DATA EMISSÃO: 21/10/2022
4b. VALIDADE: 20/10/2025
ACC
D
4c. DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: MG16844898 SSP MG
4d. CPF: 109.942.346-51
5. Nº REGISTRO: 05577859306
9. CAT. HAB.: AB
NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)
FILIAÇÃO: MARCIA MINEIRO
2. ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		20/10/2025	
A1			
B		20/10/2025	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12. OBSERVAÇÕES: X

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
89889152404
MG626869730

LOCAL: UBA, MG

2507978954

MINAS GERAIS

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro do CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones. Local / Place / Lugar

I<BRA055778593<061<<<<<<<<<<<
9305063M2510206BRA<<<<<<<<<<<4
GABRIEL<<MINEIRO<<<<<<<<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

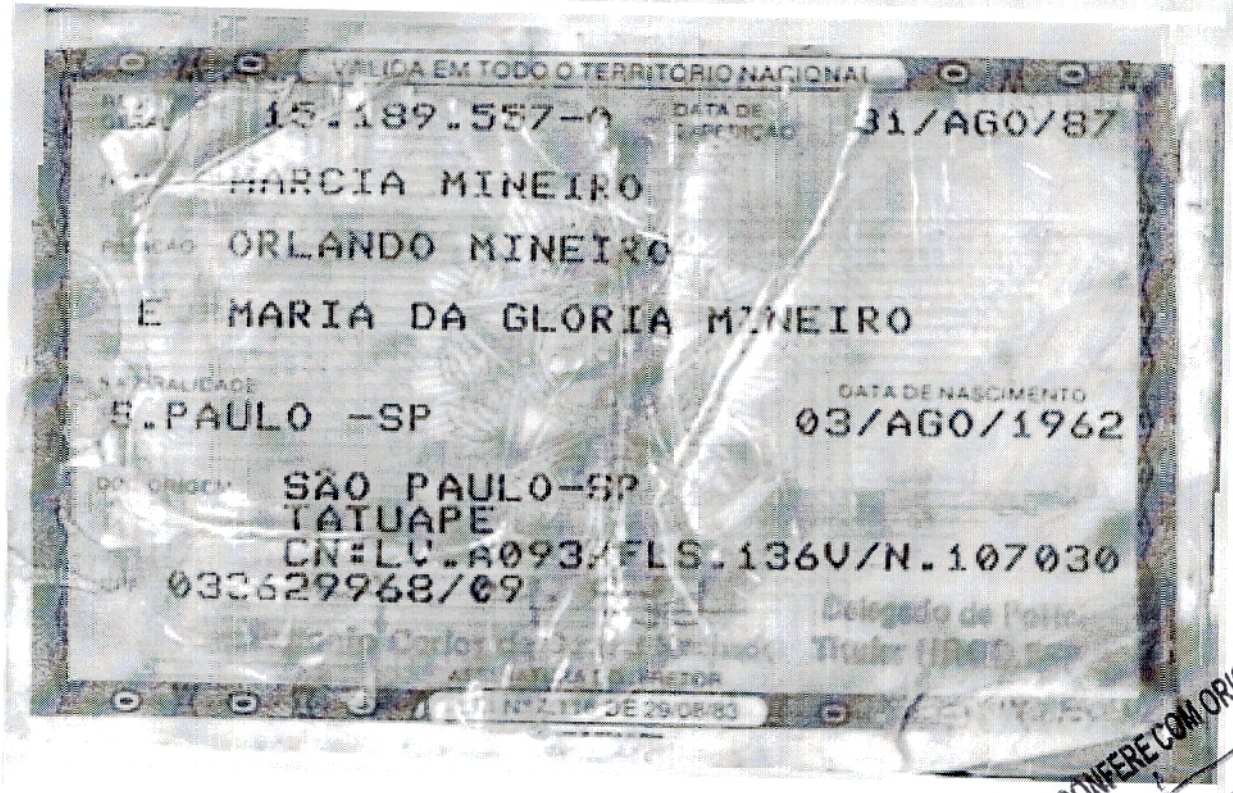
SERPRO / SENATRAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 14

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 75



Scanned with CamScanner



CONFERE COM ORIGINAL

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
MARCIA MINEIRO

CPF
033.629.968-09

CNPJ
61.027.929/0001-07

Data de Abertura
27/05/2025

Nome Empresarial
61.027.929 MARCIA MINEIRO

Capital Social
3.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
27/05/2025

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número	Complemento
36540-000	RUA PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES	15	CASA

Bairro	Munícipio	UF
BELA VISTA	SENADOR FIRMINO	MG

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	27/05/2025	-

Atividades

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo

Ocupação Principal
Locador(a) de equipamentos recreativos e esportivos, independente

Atividade Principal (CNAE)
7721-7/00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Confeiteiro(a) independente	1091-1/02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria
Doceiro(a) independente	5620-1/04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
Proprietário(a) de estacionamento de veículos, independente	5223-1/00 - Estacionamento de veículos
Barraqueiro(a) independente	4712-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORES DO TURVO - MG
Fls. 76

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 77

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 178

61.027.929 MARCIA MINEIRO

CNPJ: 61.027.929/0001-07

Rua Padre Henrique Silvino Alves, nº 15 – Bela Vista – Senador Firmino – MG

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo nº 097/2026

Pregão Presencial 023/2026

OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

A Pessoa Jurídica Márcia Mineiro, inscrita no CNPJ sob o n° 61.027.929/0001-07, com sede na Rua Padre Henrique Silvino Alves, nº 15, Bairro Bela Vista, Senador Firmino - MG, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) Márcia Mineiro, inscrita no CPF sob o nº 033.629.968-09, nacionalidade brasileira, estado civil: casada, empresária, DECLARA, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

Senador Firmino, 22 de julho de 2026

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARCIA MINEIRO
Data: 23/07/2026 13:40:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARCIA MINEIRO

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 79

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e/ou de arquivos eletrônicos recebidos do Portal do Empreendedor e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial	61.027.929 MARCIA MINEIRO
Nome Fantasia	xxxxxxx
Natureza Jurídica	EMPRESARIO

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato de Inscrição	Data de Início de Atividade
61.027.929/0001-07	27/05/2025	27/05/2025

Endereço Completo:
RUA PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES 15 CASA - BAIRRO BELA VISTA CEP 36540-000 - SENADOR FIRMINO/MG

Ocupação Principal: Locador(a) de equipamentos recreativos e esportivos, independente

Situação	Status	Microempreendedor Individual - MEI
ATIVA	xxxxxxx	SIM (Lei Complementar nº123/06)

Objeto Social:
SERVICOS DE ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS - LOCADOR DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS, INDEPENDENTE. COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - BARRAQUEIRO INDEPENDENTE.. FABRICACAO DE PRODUTOS DE CONFEITARIA - CONFEITEIRO INDEPENDENTE. FABRICACAO DE DOCES - DOCEIRA INDEPENDENTE. SERVICOS DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS - PROPRIETARIO DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS, INDEPENDENTE

Capital: R$3.000,00 TRÊS MIL REAIS	Microempresa SIM (Lei Complementar nº123/06)

Último Arquivamento

		Data	Nº Arquivamento	Data Efeito
Ato	002 - ALTERACAO	21/07/2026	14057499	21/07/2026
Evento(s)	2244 - ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)			
	2703 - ALTERACAO DO CODIGO DE OCUPACAO (EVENTO EXCLUSIVO DO MEI)			

Nome do Empresário: MARCIA MINEIRO
Identidade: 151895570
CPF: 033.629.968-09
Estado Cívil: xxxxxxx
Regime Bens: xxxxxxx

Os dados cadastrais ora certificados referem-se a Inscrição de Microempreendedor Individual e suas alterações, a que se refere a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.
Os dados cadastrais foram recepcionados do sistema REDESIMPLES e podem não refletir a situação do empresário nessa data.
NADA MAIS#

Belo Horizonte, 26 de Julho de 2026 19:40

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C260002167125 e visualize a certidão)

26/522.362-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 81

61.027.929 MARCIA MINEIRO

CNPJ: 61.027.929/0001-07

Rua Padre Henrique Silvino Alves, nº 15 – Bela Vista – Senador Firmino – MG

ANEXO III

PROPOSTA

Processo nº 097/2026

Pregão Presencial 023/2026

OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Dados do Licitante:
RAZÃO SOCIAL: 61.027.929 MARCIA MINEIRO
CNPJ: 61.027.929/0001-07
INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO
ENDEREÇO: Rua Padre Henrique Silvino Alves, número 15
BAIRRO: BELA VISTA
CEP: 36540-000
CIDADE: SENADOR FIRMINO
ESTADO: MG
TELEFONE: (32) 998116691
E-MAIL: BIABRINQUEDOS68@GMAIL.COM

Item	Descrição	Quantidade	Valor Total
01	Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.	01 Concessão	R$ 20.100,00

Validade da proposta: **CONFORME EDITAL**

Valor da Proposta: R$ 20.100,00 (Vinte mil e cem reais)

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Senador Firmino, 22 de julho de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCIA MINEIRO
Data: 23/07/2026 13:40:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MÁRCIA MINEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 83

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
MARCIA MINEIRO

CPF
033.629.968-09

CNPJ
61.027.929/0001-07

Data de Abertura
27/05/2025

Nome Empresarial
61.027.929 MARCIA MINEIRO

Capital Social
3.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
27/05/2025

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número	Complemento
36540-000	RUA PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES	15	CASA

Bairro	Munícipio	UF
BELA VISTA	SENADOR FIRMINO	MG

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	27/05/2025	-

Atividades

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo

Ocupação Principal
Locador(a) de equipamentos recreativos e esportivos, independente

Atividade Principal (CNAE)
7721-7/00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Confeiteiro(a) independente	1091-1/02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria
Doceiro(a) independente	5620-1/04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
Proprietário(a) de estacionamento de veículos, independente	5223-1/00 - Estacionamento de veículos
Barraqueiro(a) independente	4712-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 84

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 35



Scanned with CamScanner



CONFERE COM O ORIGINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 86

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
61.027.929/0001-07 MATRIZ		27/05/2025

NOME EMPRESARIAL
61.027.929 MARCIA MINEIRO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
52.23-1-00 - Estacionamento de veículos
10.91-1-02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES	15	CASA

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.540-000	BELA VISTA	SENADOR FIRMINO	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BIABRINQUEDOS68@GMAIL.COM	(32) 3536-1146

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/05/2025

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/07/2026** às **16:22:49** (data e hora de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 87

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 61.027.929 MARCIA MINEIRO
CNPJ: 61.027.929/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:13:15 do dia 26/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/12/2026.
Código de controle da certidão: **8BF0.18D0.2D06.47C0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 38

Certidão de Débitos Tributários

Negativa

Data de emissão 26/06/2026

Data de validade 24/09/2026

Razão Social
61.027.929 MARCIA MINEIRO

CNPJ
61.027.929/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de ajudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em: https://cdt.fazenda.mg.gov.br > Validar CDT

Código de controle de autenticidade
A89A-85A8-5C80-0509-01E5-A5DC-C1E4-A775

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR FIRMINO
ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA RAIMUNDO CARNEIRO, 48 - CENTRO – CEP: 36.540-000
TELEFONE: (32)3536-1404
CNPJ 18.128.231/0001-40
tributos@senadorfirmino.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 89

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS
Certidão nº: 10189/2026

NOME: **MARCIA MINEIRO 033629968-09**
CNPJ/CPF: 61.027.929/0001-07
ENDEREÇO: RUA PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, - No 15 - CASA
BAIRRO: CENTRO
CIDADE: SENADOR FIRMINO - MG

CERTIFICAMOS que em nome do contribuinte acima, não existe(m) débito(s) em aberto até a presente data.

DATA DA EMISSÃO: 26/06/2026

Esta certidão é válida por 90(noventa) dias a partir da data de emissão.

Verificação de Autenticidade: https://senadorfirmino.tributos-futurize.com.br/cnd.php

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 90

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.027.929/0001-07

Razão social: 61.027.929 MARCIA MINEIRO

Endereço: RUA PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES 15 CASA/ BELA VISTA / SENADOR FIRMINO / MG / 36540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/07/2026 a 02/08/2026

Certificação Número: 2026070402556428927948

Informação obtida em 22/07/2026 16:25:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 91

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 61.027.929 MARCIA MINEIRO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 61.027.929/0001-07
Certidão nº: 57635329/2026
Expedição: 26/06/2026, às 07:21:30
Validade: 23/12/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **61.027.929 MARCIA MINEIRO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.027.929/0001-07, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SENADOR FIRMINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 92

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: MARCIA MINEIRO
CNPJ: 61.027.929/0001-07

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 22 de Julho de 2026 às 16:40

SENADOR FIRMINO, 22 de Julho de 2026 às 16:40

Código de Autenticação: 2607-2216-4036-0205-3042

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 93

61.027.929 MARCIA MINEIRO

CNPJ: 61.027.929/0001-07

Rua Padre Henrique Silvino Alves, nº 15 – Bela Vista – Senador Firmino – MG

ANEXO VI - DECLARAÇÕES DE QUE NÃO EMPREGA MENOR, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DE IDONEIDADE, DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA E DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL.

Processo nº 097/2026

Pregão Presencial 023/2026

OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

Márcia Mineiro, inscrita no CNPJ sob o n° 61.027.929/0001-07, com sede na Rua Padre Henrique Silvino Alves, nº 15, Bairro Bela Vista, Senador Firmino - MG, DECLARA:

- Para fins do disposto na Lei n° 14133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos salvo condição de aprendiz;

- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Sob as penas da lei, que, na presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no processo licitatório, inclusive não está proibido de contratar com a Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Sob as penas da Lei, que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, e nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

- Sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

-Expressamente que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

Senador Firmino, 22 de julho de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCIA MINEIRO
Data: 23/07/2026 13:40:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARCIA MINEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 94

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 27/07/2026 12:51:14

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **61.027.929 MARCIA MINEIRO**
CNPJ: **61.027.929/0001-07**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
ATA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 097/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 95

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2026
TIPO MAIOR LANCE / MAIOR OFERTA
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025

ESCOPO

No dia vinte e sete de julho de 2026 às 12:30 horas, reuniu-se o Pregoeiro juntamente com sua CPL (Comissão Permanente de Licitação), da PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES TURVO, para julgamento Proposta e Habilitação dos licitantes participantes do processo de licitação nº 097/2026, pregão presencial nº 023/2026 cujo objetivo do certame é a Concessão da área referente ao espaço do estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

PARTICIPANTES

Participaram da sessão de habilitação juntamente com o Pregoeiro Samuel Abraão Pires e sua CPL Edmar Antônio Venâncio e Maria Andrea de Souza.

CREDENCIAMENTO

Compareceu o seguinte licitante:

61.027.929 Marcia Mineiro CNPJ Nº 61.027.929/0001-07 Representado pelo Sr Gabriel Mineiro CPF nº 109.942.346-51

PROPOSTAS

Aberto o envelope 01 Proposta ficou constatado o seguinte:

61.027.929 Marcia Mineiro
20.100,00

RODADA DE LANCES

Para a rodada de lances, foi apurado o seguinte:

61.027.929 Marcia Mineiro
20.100,00
20.100,00 classificado

Durante a rodada de lances foi aberto negociação com o licitante, todavia, não houve êxito.

HABILITAÇÃO

Após a rodada de lances, passamos a fase de habilitação do proponente classificado na fase de lances onde foi constatado:

61.027.929 Marcia Mineiro - habilitado

Na fase de habilitação foi realizado a consulta do classificado no TCU, CNIA, CNEIS e CNEP onde foi verificado que não há nenhuma ocorrência conforme anexo.

MANIFESTAÇÃO DE RECURSO

Não houve manifestação de recursos

OUTRAS INFORMAÇÕES

Fica aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a empresa classificada apresentar o RG e CPF original para conferencia.

Participou do presente certame Srº Tiago Magalhaes Vieira Secretario de Agricultura da Prefeitura Municipal de Dores do Turvo MG.

Atestamos que conforme lei federal 14133/2021, a licitação foi devidamente filmada e transmitida pelo youtube e site da prefeitura Municipal conforme link:

https://youtube.com/live/MS7sLB5107k?feature=share

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada esta sessão às 12:55 e, para constar é lavrada a presente ata, que uma vez lida e aprovada vai assinada por todos os membros presentes. XXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ASSINATURAS

Pregoeiro / CPL (Comissão Permanente de Licitação)

Samuel Abraão Pires - Pregoeiro

Maria Andrea de Souza- MEMBRO

Edmar Antônio Venâncio - MEMBRO

Tiago Magalhães Vieira Sec. De Agricultura

61.027.929 Marcia Mineiro - Gabriel Mineiro

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 97

PARECER JURÍDICO FINAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2026

OBJETO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro de 2026 de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais

I. RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Assessoria Jurídica, para análise da fase externa, o Processo Licitatório nº 097 de 2026, Pregão Presencial nº 023 de 2026, instaurado pelo Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 2021, tendo por objeto a concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro de 2026.

O certame foi realizado na modalidade pregão presencial, com adoção do critério de julgamento de maior oferta, nos termos do artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, em razão da natureza do objeto, consistente na outorga onerosa e temporária de uso de bem público, em que a proposta mais vantajosa para a Administração corresponde ao maior valor ofertado pelo particular interessado na exploração do espaço. Conforme consta dos autos, a sessão pública ocorreu no dia 27 de julho de 2026, às 12h30.

Registra-se que não houve impugnação ao edital, tampouco manifestação de intenção recursal ou interposição de recurso administrativo no curso da fase externa do procedimento.

Ao final da disputa, sagrou-se vencedora a licitante MARCIA MINEIRO, inscrita no CNPJ sob o nº 61.027.929 0001-07, representada pelo Senhor Gabriel Mineiro, inscrito no CPF sob o nº 109.942.346-51, tendo apresentado proposta final no valor de R$ 20.100,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 98

Os autos retornam, assim, para manifestação jurídica final quanto à regularidade da fase externa do certame e à possibilidade de prosseguimento para adjudicação, homologação e convocação da vencedora para assinatura do contrato com a Administração.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A presente manifestação jurídica limita-se ao exame da regularidade formal e jurídica da fase externa do procedimento licitatório, à luz da Lei Federal nº 14.133, de 2021, dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública e das informações constantes dos autos.

Nos termos do artigo 37, caput, da Constituição da República, a Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No mesmo sentido, o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, estabelece que as licitações públicas devem observar, entre outros, os princípios da legalidade, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade e da proporcionalidade.

No caso em exame, o procedimento teve por finalidade selecionar interessado para a concessão onerosa de uso de espaço público destinado ao estacionamento do Parque de Exposições durante evento municipal específico, mediante critério de maior oferta. Tal critério mostra-se juridicamente compatível com a natureza do objeto, pois não se trata de contratação em que a Administração realiza pagamento ao particular, mas de situação em que o particular remunera o Município pela exploração temporária de espaço público.

A modalidade pregão presencial foi indicada com fundamento no artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Tratando-se de procedimento presencial, deve-se observar o disposto no artigo 17, parágrafo segundo, da mesma lei, segundo o qual as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 99

utilização da forma presencial desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Nesse ponto, considerando que o certame se desenvolveu presencialmente, recomenda-se que permaneçam nos autos a justificativa da adoção da forma presencial, a respectiva ata da sessão e, quando aplicável, o registro audiovisual, em atendimento ao comando legal. Tal providência resguarda a transparência, a publicidade, a rastreabilidade dos atos praticados e o controle posterior do procedimento.

A fase externa da licitação compreende, em linhas gerais, a divulgação do edital, a apresentação de propostas, a disputa de lances, o julgamento, a habilitação, a fase recursal e o encaminhamento à autoridade competente para encerramento do certame. Essas etapas encontram correspondência no artigo 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que organiza o processo licitatório em fases sucessivas, abrangendo a fase preparatória, a divulgação do edital, a apresentação de propostas e lances, o julgamento, a habilitação, a fase recursal e a homologação.

Conforme informado, não houve impugnação ao edital. A ausência de impugnação demonstra que, durante o prazo legalmente disponível aos interessados, não foi apresentada insurgência formal contra as regras do instrumento convocatório. A matéria relaciona-se ao artigo 164 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, segundo o qual qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo fazê-lo no prazo previsto na norma.

Também consta que não houve manifestação de recursos. Nesse aspecto, a fase recursal deve observar o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que disciplina o cabimento de recurso em face de atos como julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de licitantes, anulação ou revogação da licitação, entre outros. Inexistindo manifestação recursal, opera-se a preclusão administrativa quanto aos atos praticados na sessão, permitindo-se o regular prosseguimento do feito.

Quanto ao julgamento, a proposta vencedora foi apresentada pela licitante MARCIA MINEIRO, no valor final de R$ 20.100,00. Considerando que o valor mínimo previsto para início dos lances era de R$ 20.000,00, conforme instrução já analisada na fase preparatória, verifica-se que a proposta vencedora superou o piso estabelecido pela

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 100

Administração, preservando o interesse público na obtenção de maior vantagem econômica pela concessão temporária do espaço.

O julgamento pelo critério de maior oferta impõe que seja declarada vencedora a licitante que ofereça o maior valor à Administração, desde que atendidas as demais condições previstas no edital e comprovada a habilitação. Desse modo, estando a proposta em conformidade com as exigências editalícias e não havendo notícia de inabilitação, impugnação, recurso ou vício capaz de comprometer a validade do certame, não se vislumbra óbice jurídico ao prosseguimento.

Importa registrar que o edital constitui a norma interna do procedimento, vinculando tanto a Administração quanto os licitantes. Assim, eventual contratação deve observar estritamente as condições editalícias, inclusive quanto ao valor ofertado, prazo de pagamento, período de exploração do estacionamento, obrigações da concessionária, responsabilidade pela organização do espaço, deveres de conservação, segurança, limpeza, controle de acesso, cumprimento das normas municipais e devolução do espaço ao final do evento nas condições estipuladas.

No tocante ao encerramento do certame, aplica-se o artigo 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, segundo o qual, encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, anular o procedimento diante de ilegalidade insanável ou adjudicar o objeto e homologar a licitação.

No presente caso, não foram noticiadas irregularidades insanáveis, tampouco foram apresentados recursos administrativos. Assim, sob o aspecto jurídico, é possível o encaminhamento do feito à autoridade competente para adjudicação do objeto à licitante vencedora e homologação do procedimento, caso a autoridade administrativa, no exercício de sua competência própria, conclua pela conveniência, oportunidade e regularidade dos atos praticados.

Após a adjudicação e homologação, deverá a Administração promover a convocação da licitante vencedora para assinatura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, conforme o artigo 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que estabelece que

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 101

a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei.

Também se recomenda que, antes da formalização contratual, sejam conferidas a manutenção das condições de habilitação, a regularidade fiscal e trabalhista, bem como as demais exigências previstas no edital, além da consulta aos cadastros legais pertinentes, quando aplicável, em atenção aos deveres de cautela, controle e proteção do interesse público.

A atuação desta Assessoria Jurídica, nesta fase, não substitui a competência da autoridade superior, do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão responsável pelo certame, do fiscal ou gestor contratual, nem dos setores técnicos incumbidos da análise documental, operacional e administrativa. O parecer jurídico possui natureza opinativa e preventiva, voltado ao controle de legalidade, sem adentrar em juízos de conveniência administrativa, mérito, oportunidade, avaliação econômica concreta ou conferência material de documentos que dependam de atribuição técnica específica.

Dessa forma, considerando a documentação constante dos autos, a realização da sessão pública, a inexistência de impugnação ao edital, a ausência de manifestação recursal e a declaração da licitante vencedora pelo critério de maior oferta, entende-se juridicamente regular a fase externa do certame, permitindo-se o prosseguimento para os atos finais de adjudicação, homologação e contratação.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela regularidade jurídica da fase externa do Processo. Verifica-se que não houve impugnação ao edital, tampouco manifestação de recursos administrativos. Consta, ainda, que a licitante MARCIA MINEIRO, inscrita no CNPJ sob o nº 61.027.929 0001-07, representada pelo Senhor Gabriel Mineiro, inscrito no CPF sob o nº 109.942.346-51, sagrou-se vencedora com

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS. 109

proposta final no valor de R$ 20.100,00, superior ao valor mínimo estabelecido pela Administração.

Assim, sob o aspecto estritamente jurídico, aprova-se o rol de documentos apresentados e opina-se pelo prosseguimento do feito, com encaminhamento à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do certame, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Após a homologação, recomenda-se a convocação da licitante vencedora para assinatura do contrato com a Administração, observadas as condições previstas no edital, a manutenção das condições de habilitação, a regularidade documental exigida e o disposto no artigo 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Dores do Turvo/MG, 28 de julho de 2026.

Washington Luiz Sudré Silva Junior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 103

ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2026
TIPO MAIOR LANCE / MAIOR OFERTA
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025
OBJETO DA LICITAÇÃO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DORES DO TURVO/MG, em observância aos dispositivos da Lei Federal nº 14133/2021 tendo em vista o julgamento da Licitação autuada sob o nº 097/2026, na modalidade Pregão Presencial nº 023/2026, que tem como objeto Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG, houve por bem em **ADJUDICAR** o objeto da licitação ao licitante conforme Parecer Jurídico anexo aos autos do processo:

61.027.929 Marcia Mineiro, inscrita no CNPJ sob o nº 61.027.929/0001-07.

ITEM	ÁREA	DESCRIÇÃO	Valor Total
01	20.000 m^2 aprox.	Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.	R$ 20.100,00

Dores do Turvo/MG, 30 de julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 104

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2026
TIPO MAIOR LANCE / MAIOR OFERTA
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025
OBJETO DA LICITAÇÃO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DORES DO TURVO/MG, em observância aos dispositivos da Lei Federal nº 14133/2021 tendo em vista o julgamento da Licitação autuada sob o nº 097/2026, na modalidade Pregão Presencial nº 023/2026, que tem como objeto Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG, houve por bem em **HOMOLOGAR** o objeto da licitação ao licitante conforme Parecer Jurídico anexo aos autos do processo:

61.027.929 Marcia Mineiro, inscrita no CNPJ sob o nº 61.027.929/0001-07.

ITEM	ÁREA	DESCRIÇÃO	Valor Total
01	20.000 m^2 aprox.	Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.	R$ 20.100,00

Dores do Turvo/MG, 30 de julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, nº 55
CEP: 36.513-000 - Bairro: CENTRO
Telefone: 0800 032 3040 E-mail: tributos@doresdoturvo.mg.gov.br

Vencimento: 10/08/2026
Guia nº 00027/2026
Emissão: 30/07/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO MG Fls. 105

Corresp. Contr.: **Rua PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15 - 36540-000 - BELA VISTA, SENADOR FIRMINO, MG**

Contribuinte: 24123 - 61.027.929 MARCIA MINEIRO

Rua: PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15
CEP: 36.540-000
Bairro: BELA VISTA
Distrito: Município Sede
Cidade: SENADOR FIRMINO - MG

MENSAGEM: Não existem débitos anteriores.

PAGAMENTO nos bancos SICOOB e Bradesco. Sr.(a). Caixa: NÃO RECEBER esta guia após o vencimento. Sr.(a). CONTRIBUINTE: Em caso de guias vencidas, favor retornar à Prefeitura para RECÁLCULO e/ou REVISÃO.

Tributo: 08 - Outras Receitas Diversas
Cobrança/Serviço: Leilão

Conta de Receita	Itens Cobrados / Valores		Parcela: 01/01 - 1ª Via
1.9.2.1.99.0.1.99.00.00	Leilões (Base: 20.100,00 Valor)	20.100,00	Valor Parcela 20.100,00
			Correção Monetária 0,00
			Juros de Mora 0,00
			Multa 0,00
			Desconto 0,00
			Total a pagar 20.100,00

OBSERVAÇÃO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.
CONTRATO Nº 120/2026
Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026

Via Banco/Prefeitura
Autenticação

81680000201-5 00001413202-1 60810008008-4 02600027001-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, nº 55
CEP: 36.513-000 - Bairro: CENTRO
Telefone: 0800 032 3040 E-mail: tributos@doresdoturvo.mg.gov.br

Vencimento: 10/08/2026
Guia nº 00027/2026
Emissão: 30/07/2026

Corresp. Contr.: **Rua PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15 - 36540-000 - BELA VISTA, SENADOR FIRMINO, MG**

Contribuinte: 24123 - 61.027.929 MARCIA MINEIRO

Rua: PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15
CEP: 36.540-000
Bairro: BELA VISTA
Distrito: Município Sede
Cidade: SENADOR FIRMINO - MG

MENSAGEM: Não existem débitos anteriores.

PAGAMENTO nos bancos SICOOB e Bradesco. Sr.(a). Caixa: NÃO RECEBER esta guia após o vencimento. Sr.(a). CONTRIBUINTE: Em caso de guias vencidas, favor retornar à Prefeitura para RECÁLCULO e/ou REVISÃO.

Tributo: 08 - Outras Receitas Diversas
Cobrança/Serviço: Leilão

Conta de Receita	Itens Cobrados / Valores		Parcela: 01/01 - 1ª Via
1.9.2.1.99.0.1.99.00.00	Leilões (Base: 20.100,00 Valor)	20.100,00	Valor Parcela 20.100,00
			Correção Monetária 0,00
			Juros de Mora 0,00
			Multa 0,00
			Desconto 0,00
			Total a pagar 20.100,00

OBSERVAÇÃO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.
CONTRATO Nº 120/2026
Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026

Via do Contribuinte
Autenticação

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 032 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 106

CONTRATO DE CONCESSÃO ESPAÇO PUBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO E 61.027.929 MARCIA MINEIRO.

CONTRATO Nº 120/2026
Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55, centro, Estado de Minas Gerais, com CNPJ n°18.128.249/0001-42, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Kallil Daheir Moreira Cunha, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste município de Dores do Turvo/MG, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado 61.027.929 Marcia Mineiro, inscrita no CNPJ sob o nº 61.027.929/0001-07, sede na Rua Padre Henrique Silvino Alves, nº 15. Bela Vista, cidade de Senador Firmino MG CEP: 36.540-000, neste ato representada pela Srª. Marcia Mineiro, brasileira, portadora CPF nº 033.629.968-09, que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto deste a Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG, conforme tabela exposta abaixo:

ITEM	ÁREA	DESCRIÇÃO	Valor Total
01	20.000 m^2 aprox.	Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.	R$ 20.100,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1.O presente contrato terá seu valor total de R$ 20.100,00 (vinte mil e cem reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O licitante classificado no certame deverá realizar o pagamento da seguinte forma: 100% ate 05 (cinco) dias uteis apos a publicação da adjudicação do certame mediante boleto (DAE) emitido pelo setor de tributos da Prefeitura Municipal.

A não realização do pagamento na forma supra estabelecida importará na rescisão imediata da concessão, aplicando-se ao concessionário infrator as penalidade cabíveis, além da perda de qualquer quantia paga antecipadamente.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 109

4.1. Presente certame será contabilizado como receita.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1.A Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, através de representante fará fiscalização no presente contrato e registrará todas e quaisquer ocorrências que por ventura venham a ocorrer.

CLÁSULA SEXTA – DA CONCESSÃO

O futuro contratado deverá repassar ao Município os valores obtidos do resultado do procedimento licitatório.

O futuro contratado poderá utilizar o imóvel público durante a vigência do contrato, obedecendo os valores máximos que poderão ser cobrados, conforme se segue:

Nos dias 28 e 29 de agosto de 2026, **VALOR MÁXIMO DE:**
R$ 20,00 (vinte reais) para motos;
R$ 30,00 (trinta reais) para carros de passeio;
R$ 50,00(cinquenta reais) para vans e kombis;
Gratuito para ônibus (escolares terceirizados pelo município).

Nos dias 27 e 30 de agosto de 2026 não poderá ser cobrado valor para a entrada de motos; carros; vans; ônibus e demais veículos na área destinada ao estacionamento do Parque de Exposições.

OUTROS SERVIÇOS: Hospedagem, alimentação, transporte local, lanches, permanência, manutenção de equipamentos e todos os demais profissionais não serão fornecidos pelo Município de Dores do Turvo/MG, ficando a cargo do contratado.

TRANSPORTE: O transporte de carga e de pessoal, se necessário, ficará a cargo da contratada.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG

Viabilizar acesso do contratado para a fiel execução do contrato.

Fiscalizar a correta execução do contrato, por intermédio do Departamento Administração.

RESPONSABILIDADES DO CONCESSIONÁRIO

A operação deverá ser feita pelo Concessionário, sob supervisão e orientação do Concedente tendo como responsabilidades:

Controle da utilização do estacionamento, incluindo a verificação das condições de regularidade de utilização das vagas;

Manter equipe necessária para a operação do estacionamento;

Fornecimento dos equipamentos eletrônicos para controle e gestão de estacionamento e de os demais recursos necessários à sua operação, tanto para os funcionários como também para os veículos.

Manter os funcionários uniformizados com camiseta, calça e/ou bermuda, boné, bolsa e/ou pochete, bem como identificados com crachá;

Fornecer todos os equipamentos de EPIs para os funcionários visando a segurança dos mesmos conforme determina a lei;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO

CNPJ: 18.128.249/0001-42

RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, nº 55

CEP: 36.513-000 - Bairro: CENTRO

Telefone: 0800 032 3040 E-mail: tributos@doresdoturvo.mg.gov.br

Vencimento: 10/08/2026

Guia nº 00028/2026

Emissão: 06/08/2026

Corresp. Contr.: **Rua PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15 - 36540-000 - BELA VISTA, SENADOR FIRMINO, MG**

Contribuinte: 24123 - 61.027.929 MARCIA MINEIRO

Rua: PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15
CEP: 36.540-000
Bairro: BELA VISTA
Distrito: Município Sede
Cidade: SENADOR FIRMINO - MG

MENSAGEM: Não existem débitos anteriores.

PAGAMENTO nos bancos SICOOB e Bradesco. Sr.(a). Caixa: NÃO RECEBER esta guia após o vencimento. Sr.(a). CONTRIBUINTE: Em caso de guias vencidas, favor retornar à Prefeitura para RECÁLCULO e/ou REVISÃO.

Tributo: 08 - Outras Receitas Diversas

Cobrança/Serviço: Leilão

Conta de Receita	Itens Cobrados / Valores	
1.9.2.1.99.0.1.99.00.00	Leilões (Base: 5.000,00 Valor)	5.000,00

Parcela: 01/01 - 1ª Via

Valor Parcela	5.000,00
Correção Monetária	0,00
Juros de Mora	0,00
Multa	0,00
Desconto	0,00
Total a pagar	**5.000,00**

OBSERVAÇÃO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.
CONTRATO Nº 120/2026
Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026
SERÁ DIVIDIDO EM 4 BOLETOS PARA FACILITAR O PAGAMENTO NO BANCO, QUE ALEGOU SER UM VALOR QUE NÃO PASSA.
01/04

Via do Contribuinte

Autenticação

SICOOB5631015 040826 007 0028.....5.000,00 0501

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 113

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO

CNPJ: 18.128.249/0001-42

[redacted]A PAULO FERNANDES DE FARIA, nº 55

CEP: 36.513-000 - Bairro: CENTRO

Telefone: 0800 032 3040 E-mail: tributos@doresdoturvo.mg.gov.br

Vencimento: 10/08/2026

Guia nº 00030/2026

Emissão: 06/08/2026

Corresp. Contr.: **Rua PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15 - 36540-000 - BELA VISTA, SENADOR FIRMINO, MG**

Contribuinte: 24123 - 61.027.929 MARCIA MINEIRO

Rua: PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15
CEP: 36.540-000
Bairro: BELA VISTA
Distrito: Município Sede
Cidade: SENADOR FIRMINO - MG

MENSAGEM: Não existem débitos anteriores.

PAGAMENTO nos bancos SICOOB e Bradesco. Sr.(a). Caixa: NÃO RECEBER esta guia após o vencimento. Sr.(a). CONTRIBUINTE: Em caso de guias vencidas, favor retornar à Prefeitura para RECÁLCULO e/ou REVISÃO.

Tributo: 08 - Outras Receitas Diversas

Cobrança/Serviço: Leilão

Conta de Receita	Itens Cobrados / Valores	
1.9.2.1.99.0.1.99.00.00	Leilões (Base: 5.000,00 Valor)	5.000,00

Parcela: 01/01 - 1ª Via

Valor Parcela	5.000,00
Correção Monetária	0,00
Juros de Mora	0,00
Multa	0,00
Desconto	0,00
Total a pagar	**5.000,00**

OBSERVAÇÃO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.
CONTRATO Nº 120/2026
Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026
SERÁ DIVIDIDO EM 4 BOLETOS PARA FACILITAR O PAGAMENTO NO BANCO, QUE ALEGOU SER UM VALOR QUE NÃO PASSA.
03/04

Via do Contribuinte

Autenticação

SICOOB5631015 060826 007 0030.....5.000,00 0501

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 114

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO

CNPJ: 18.128.249/0001-42

[redacted] A PAULO FERNANDES DE FARIA, nº 55

CEP: 36.513-000 - Bairro: CENTRO

Telefone: 0800 032 3040 E-mail: tributos@doresdoturvo.mg.gov.br

Vencimento: 10/08/2026

Guia nº 00029/2026

Emissão: 06/08/2026

Corresp. Contr.: **Rua PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15 - 36540-000 - BELA VISTA, SENADOR FIRMINO, MG**

Contribuinte: 24123 - 61.027.929 MARCIA MINEIRO

Rua: PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15

CEP: 36.540-000

Bairro: BELA VISTA

Distrito: Município Sede

Cidade: SENADOR FIRMINO - MG

MENSAGEM: Não existem débitos anteriores.

PAGAMENTO nos bancos SICOOB e Bradesco. Sr.(a). Caixa: NÃO RECEBER esta guia após o vencimento. Sr.(a). CONTRIBUINTE: Em caso de guias vencidas, favor retornar à Prefeitura para RECÁLCULO e/ou REVISÃO.

Tributo: 08 - Outras Receitas Diversas

Cobrança/Serviço: Leilão

Conta de Receita	Itens Cobrados / Valores	
1.9.2.1.99.0.1.99.00.00	Leilões (Base: 5.000,00 Valor)	5.000,00

Parcela: 01/01 - 1ª Via

Valor Parcela	5.000,00
Correção Monetária	0,00
Juros de Mora	0,00
Multa	0,00
Desconto	0,00
Total a pagar	**5.000,00**

OBSERVAÇÃO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.
CONTRATO Nº 120/2026
Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026
SERÁ DIVIDIDO EM 4 BOLETOS PARA FACILITAR O PAGAMENTO NO BANCO, QUE ALEGOU SER UM VALOR QUE NÃO PASSA.
02/04

Via do Contribuinte

Autenticação

SICOOB5631015 060826 007 0029.....5.000,00 0501

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 115

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
[redacted]JA PAULO FERNANDES DE FARIA, nº 55
CEP: 36.513-000 - Bairro: CENTRO
Telefone: 0800 032 3040 E-mail: tributos@doresdoturvo.mg.gov.br

Vencimento: 10/08/2026

Guia nº 00031/2026
Emissão: 06/08/2026

Corresp. Contr.: **Rua PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15 - 36540-000 - BELA VISTA, SENADOR FIRMINO, MG**

Contribuinte: 24123 - 61.027.929 MARCIA MINEIRO

Rua: PADRE HENRIQUE SILVINO ALVES, nº 15
CEP: 36.540-000
Bairro: BELA VISTA
Distrito: Município Sede
Cidade: SENADOR FIRMINO - MG

MENSAGEM: Não existem débitos anteriores.

PAGAMENTO nos bancos SICOOB e Bradesco. Sr.(a). Caixa: NÃO RECEBER esta guia após o vencimento. Sr.(a). CONTRIBUINTE: Em caso de guias vencidas, favor retornar à Prefeitura para RECÁLCULO e/ou REVISÃO.

Tributo: 08 - Outras Receitas Diversas
Cobrança/Serviço: Leilão

Conta de Receita	Itens Cobrados / Valores	
1.9.2.1.99.0.1.99.00.00	Leilões (Base: 5.100,00 Valor)	5.100,00

Parcela: 01/01 - 1ª Via

Valor Parcela	5.100,00
Correção Monetária	0,00
Juros de Mora	0,00
Multa	0,00
Desconto	0,00
Total a pagar	**5.100,00**

OBSERVAÇÃO: Concessão de uso de espaço público referente ao estacionamento do Parque de Exposições, durante as festividades da Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2026 de Dores do Turvo-MG.
CONTRATO Nº 120/2026
Processo nº 097/2026
Pregão Presencial 023/2026
SERÁ DIVIDIDO EM 4 BOLETOS PARA FACILITAR O PAGAMENTO NO BANCO, QUE ALEGOU SER UM VALOR QUE NÃO PASSA.
04/04

Via do Contribuinte
Autenticação

SICOOB5631015 060826 007 0031.....5.100,00 0501

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 116

SICOOB SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB - SISBR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG Fls. 111

EXTRATO DE CONTA CORRENTE

13/08/2026 - 13:41:24

Cooperativa: 5631-6 / SICOOB UNI SUDESTE
Conta: 2.023.084-2 / MUNICIPIO DE DORES DO TURVO
Periodo: 10/08/2026 - 13/08/2026

HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO

Data	Documento	Histórico	Valor
13/08	371917679	CRÉD.TED-STR BANCOOB 02.038.232 0001-64 CODIGO TED: T1085514455 REPASSE ARRECADACAO	R$ 496,99C
13/08		SALDO DO DIA	R$ 496,99C
12/08	41 - 43	APLICAÇÃO RDC	R$ 23.728,31D
12/08	371827747	CRÉD.TED-STR BANCOOB 02.038.232 0001-64 CODIGO TED: T1085285807 REPASSE ARRECADACAO	R$ 1.906,14C
12/08		SALDO DO DIA	R$ 0,00C
11/08	371723459	CRÉD.TED-STR BANCOOB 02.038.232 0001-64 CODIGO TED: T1085023143 REPASSE ARRECADACAO	R$ 1.158,05C
11/08		SALDO DO DIA	R$ 21.822,17C
10/08	371582272	CRÉD.TED-STR BANCOOB 02.038.232 0001-64 CODIGO TED: T1084702252 REPASSE ARRECADACAO	R$ 20.252,40C
10/08		SALDO DO DIA	R$ 20.664,12C
07/08		SALDO BLOQUEADO ANTERIOR	R$ 0,00*
07/08		SALDO ANTERIOR	R$ 411,72C

RESUMO

Saldo em conta:	
Cheque especial contratado:	496,99C
Juros vencidos provisionados:	0,00C
Tarifas vencidas provisionadas:	0,00D
Saldo disponível:	0,00D
Saldo bloqueado (cheques):	**496,99C**
Saldo bloqueado (judicial):	0,00C*
ENCARGOS VENCIDOS REMANESCENTES	0,00C
Juros vencidos remanescentes:	
Tarifas vencidas remanescentes:	0,00D
ENCARGOS A VENCER	0,00D
Previsão IOF:	
Previsão encargos:	0,00D
Previsão tarifas:	0,00D
OUTRAS INFORMAÇÕES	0,00D
Vencimento de cheque especial:	
Taxa cheque especial:	-
Custo Efetivo Total (a.m.):	9,90%
Custo Efetivo Total (a.a.):	0,00%
	0,00%

INFORMAÇÕES

SAC: 0800 724 4420 / OUVIDORIA SICOOB: 08007250996